



★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

# ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, MAIO DE 2017 - ANO XXXVI, NÚMERO 2

## EDUCAÇÃO

Caminhos das verbas para ensino público não são transparentes como deveriam Pág. 7, 8 e 9

## SISTEMA CARCERÁRIO

Presídios de SC ferem direitos humanos e têm registro de práticas de tortura Pág. 10 e 11

## TERCEIRIZAÇÃO

Nova lei beneficia empresários e trará perdas salariais aos trabalhadores Pág. 12 e 13

**Chegada ao ensino superior é cercada de desafios e convívio com preconceito**

**Páginas 4 e 5**

# RESISTÊNCIA INDÍGENA NA UFSC

Falar que a educação é a base de tudo parece ser clichê, mas, ainda assim, não tem sido suficiente para os governantes finalmente concentrarem esforços e investimentos no ensino público. Por isso, o *Zero* vem, mais uma vez, falar de educação. Seja para apresentar boas iniciativas, seja para questionar o seu futuro.

Na busca por conhecimento, indígenas deixam seus povos e ingressam na universidade pública. A luta diária de permanência e adaptação é enfrentada com um estímulo geral: voltar e servir sua comunidade. Ainda na universidade, os serviços modelos tem aliado prática profissional aos estudantes ao mesmo tempo em que possam atender demandas da sociedade, mas esse modelo de extensão também tem encontrado desafios.

Mas a base de que tanto se fala tem um desafio grande, principalmente depois da aprovação da chamada “PEC do Teto de Gastos”. A equipe do *Zero* se debruçou sobre a complicada rede de financiamento da educação pública básica para oferecer ao leitor um entendimento desse sistema. Apesar das várias fontes de recursos, ela não tem sido suficiente para garantir os investi-

mentos prometidos. Por outro lado, apresentamos também iniciativas de como os games e a tecnologia tem sido usado como forma de ensino nas escolas.

Da sala de aula fomos para as penitenciárias, sem deixar a educação de lado. Darcy Ribeiro, uma figura importante da história contemporânea do país já sentenciava: “se os governadores não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”. Já não temos mais. O que encontramos hoje é um sistema prisional precário. Nesta edição do *Zero* você vai ver como estão as condições dos presídios de Santa Catarina, com foco para a penitenciária de Florianópolis.

Entramos no debate sobre a nova lei das terceirizações, que tem levantado discussões entre patrões e empregados. Apresentamos as boas iniciativas de quem quer revolucionar o mundo da moda e mostramos um pouco do reino musical dos curiós. Passado a tensão de fazer a primeira edição do *Zero* de nossas vidas, encaramos agora a rotina e o desafio de produzir informação com responsabilidade. Superamos mais uma vez e está aí a edição de maio. **Boa leitura!**

OMBUDSMAN



Vitor Hugo Brandalise é repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*. Formado em *Jornalismo pela UFSC (2007)*, com pós-graduação em *Comunicação pela Universidade de La Coruña (2012)*, possui oito prêmios de reportagem, entre eles o Vladimir Herzog de *Jornalismo e Direitos Humanos 2016*. É autor dos livros *O Último Abraço (Record)* e *O Teatro Municipal de São Paulo (Senac)*.

Há muita vida nas páginas do *Zero*. As reportagens se esforçam para apresentar boas histórias humanas, mesmo em assuntos que poderiam ser áridos. É um indício de que a orientação está correta.

A capa é fraca graficamente. Não faz jus à boa reportagem principal, sobre as novidades na segurança do campus. Drones serão usados para vigilância, e a Retórica estuda liberar na internet imagens de câmeras à comunidade acadêmica, o

que pode configurar invasão de privacidade. Uma discussão atual e instigante – mas isso não se reflete na capa, que não leva o leitor a questionar sua privacidade, que seria o efeito desejado.

Uma boa solução seria ilustrar com fotos dos locais onde ficarão as câmeras cujas imagens estuda-se liberar. O leitor entenderia com clareza o que está em jogo, o que deve ser sempre o objetivo de um jornal. A capa deve ser ousada e original, para fazer justiça à boa temperatura das reportagens internas.

A opção de destacar a reportagem sobre a segurança no campus como a principal da edição foi acertada, com impacto direto no dia a dia da universidade. Os repórteres têm o mérito de levar uma política de segurança (a divulgação ou não das imagens) a ser repensada, a partir das perguntas que fizeram. Eles agora devem fazer o acompanhamento. Uma suíte nesta edição cairia bem. O final da matéria é burocrático. Isso pode ser trabalhado, pois matérias que “vão acabando” – e com isso o leitor vai saindo – são uma tônica na edição toda.

A matéria sobre o “custo-aluno” da UFSC é interessante: bela descoberta a monografia sobre o tema. Indesculpável não haver um “numerão” na página para os R\$ 1.417, gasto médio de um aluno para cursar a graduação na UFSC. Faltou dar mais espaço a alunos que não têm esse dinheiro – o exemplo da estudante sem condições de imprimir trabalhos im-

pressiona, mas ela fica isolada.

Na edição inteira nota-se a dificuldade da equipe de sair de seu universo. Assim como acontece a muitos veículos (pois redações no Brasil são compostas principalmente por jornalistas brancos e de classe média), há pouca diversidade no *Zero* desta vez.

A reportagem sobre a situação caótica no HU sob nova empresa gestora é chocante. A própria diretora admite que chegou a um “ponto crítico” – termo que deveria aparecer na chamada de capa e no título (e não a hermética sigla “EBSERH”, que resume um assunto universal, saúde, à aridez da administração hospitalar). As histórias de duas pessoas prejudicadas cumprem sua função, mas podia ser melhor. Passar um dia inteiro na emergência deste HU superlotado é uma pauta que ainda pode ser feita.

A reportagem da contracapa bateu na trave. Lê-se uma página inteira, mas fica-se sem saber quem é seu Alzemi, o homem “com síndrome de joão-de-barro”. Melhor seria um perfil detalhado, em vez de introduzir mais personagens e dados de moradia em Florianópolis. Um daqueles casos em que a vida de um homem reflete a de muitos. Indispensável (e das coisas bonitas da profissão) acreditar que isso é sempre possível.

Algo a se ter em mente, para que as próximas edições sejam ainda mais atraentes – que ele possa emergir da leitura assombrado pela diversidade da vida.

CRÔNICA

Anseio, logo medito

POR DANIEL BONFIM

Sempre fui uma pessoa muito ansiosa. Certa vez uma amiga me disse que meditar poderia me fazer bem e, como estávamos absolutamente bêbados, acreditei. A prática diária da meditação, ela disse, ajuda a aliviar o estresse e manter o corpo harmonizado. Resolvi tentar: peguei um ônibus, fui até a praia e sentei em uma pedra pertinho do mar. O exercício de meditar soa como algo simples, trazer a mente para o mesmo lugar em que o corpo está: aqui e agora. Mas a mente, a mente é uma babaca. A gente diz: fique aqui, e ela vai. Insolente. Não foram poucas as vezes em que tive que ir buscá-la nos mais diversos lugares: trabalhos da faculdade, conversas de Whatsapp, brigas de família, Londres. Tão logo eu a acomodava de volta na sensação do vento e no barulho

do mar, a safada já escapava de novo. Tive que resgatá-la de situações bastante constrangedoras: aulas de educação física, entrevistas de emprego, episódios do Chaves... Numa dessas vezes, passei em um beco um pouco mais escuro e a danada estava lá, aos beijos com uma pessoa que nem existia, felizmente cheguei a tempo de impedir o casamento. Depois de meia hora, meu celular apitou. Respirei fundo, estiquei as pernas e fechei os olhos por alguns segundos. Quando os abri, vi dois pássaros voando no horizonte. Que felizes são os pássaros, pensei. Sem problemas, completamente felizes, o tempo todo. Fechei os olhos novamente, senti o vento, e chorei de felicidade. Eu também sou um pássaro. É, acho que meditar me fez bem.

**PARTICIPE!**

Mande críticas, sugestões e comentários:

✉ zeroufsc@gmail.com

☎ (48) 3721-4833

f /jornalzero

t @zeroufsc

Departamento de Jornalismo - Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Trindade, Florianópolis (SC) - CEP: 88040-900



3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil  
**EXPOCOM 1994**



Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca  
**Sindicato dos Jornalistas de SC 2000**



Melhor Jornal-Laboratório  
**EXPOCOM SUL 2015**



Melhor Jornal-Laboratório do Brasil  
**EXPOCOM 2015**



Melhor Peça Gráfica  
**Set Universitário / PUC-RS**  
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

**EQUIPE**

Aline Dallarosa Lima, Ana Carolina Thomé, Ana Luisa Nascetes, Addressa Santa Cruz, Camila Ignácio Geraldo, Daniel Bonfim, Gemyma Shirley de Souza Medeiros, Isadora Vicente, Linda Inês Pereira Lima, Luana Meira, Lucas Venceslau Krupackz Leal, Maria Fernanda Somenzi Salinet, Maria Teresa Mazetto de Carvalho, Pablo Mingoti, Wagner Roberto Locks Reis.

**DIAGRAMAÇÃO**

Daiane Lara Nora, Larissa Liz e Mariela Cancelier.

**EDIÇÃO**

Ana Cristina Machado, Clara Comandolli de Souza e Joelson Cardoso.

**CAPA**

Frederico S. M. de Carvalho, Larissa Liz e Maria Teresa Mazetto de Carvalho.

**PROFESSORES RESPONSÁVEIS**

Frederico S. M. de Carvalho  
SC 01787 JP

**MONITORIA**

Amanda Casemiro  
e Rodrigo Silveira Rocha

**IMPRESSÃO**

Gráfica Grafinorte

**TIRAGEM**

5 mil exemplares

**DISTRIBUIÇÃO**

Nacional

**FECHAMENTO**

19 de maio

# Games são aliados na hora de aprender

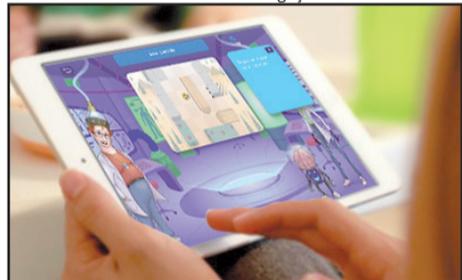
Folhas de papel estão sendo trocadas por telas *touch* como novos métodos de ensino

Lucas Krupacz/Zero

**A**plicativos para tablets e jogos de computador entraram na lista de materiais usados na sala de aula para auxiliar no processo de aprendizagem de estudantes do ensino infantil ao médio. Professores de escolas de Florianópolis passaram a adotar jogos eletrônicos para atrair a atenção dos alunos e tornar as atividades pedagógicas mais prazerosas e interessantes. Os exercícios, além de empregar o conteúdo pedagógico, estimulam um maior controle emocional dos estudantes, as habilidades sociais, aumento no tempo de atenção, e maior comprometimento nas tarefas escolares.

O game Escola do Cérebro, criado no Laboratório de Pesquisa e Extensão em Jogos Cognitivos da Universidade Federal de Santa Catarina (LabLudens/UFSC) em parceria com a empresa privada Cognisense Tecnologia, é um jogo que está sendo utilizado para ensinar estudantes do Colégio de Aplicação da UFSC. Desenvolvido a partir de oito mini-games simples, e aperfeiçoado por meio de sugestões dos próprios usuários, a proposta é trabalhar a atenção, memória e raciocínio lógico de crianças do ensino infantil e fundamental.

Divulgação/Escola do Cérebro



O jogo Escola do Cérebro é um sistema cognitivo para ensinar de forma lúdica

A coordenadora do projeto e doutora em educação, Daniela Ramos, defende que os jogos eletrônicos tem características que favorecem o exercício de funções cognitivas. “Além de ser uma atividade lúdica, quando você joga, você fica mais atento, traça estratégias e coordena diversas situações ao mesmo tempo”, explica. Por meio de pesquisas, Daniela averiguou que os alunos que jogaram o Escola do Cérebro por 15 minutos todos os dias durante dois meses depois do recreio apresentaram desempenho superior, como melhora da concentração, ao dos alunos que não tiveram acesso ao aplicativo.

Para o professor e doutor em Psicologia Experimental, Emílio Takase, é preciso ter cautela com esse tipo de avaliação. Em lojas de aplicativos para celular é possível encontrar uma grande quantidade de métodos que prometem desenvolvimento mental através de jogos cognitivos. Emílio alerta que a periodicidade e a frequência que cada usuário dedica ao game é

fundamental para se obter resultados mais significativos. “Por agir no lobo temporal (área do cérebro responsável pela percepção auditiva, memória a longo prazo e respostas emocionais), qualquer atividade divertida ajuda a reduzir o estresse, isso pode gerar a falsa sensação de que nosso cérebro está ficando mais poderoso. Este efeito é momentâneo, a diversão apenas nos deixa mais felizes”, esclarece. Segundo o professor, a exposição aos jogos por um longo período de tempo é o que aumentará nossas habilidades cognitivas de fato.

Outra proposta para unir games e educação está sendo utilizada no Colégio Energia, também em Florianópolis. A escola aderiu a uma versão educativa do jogo Minecraft. O game funciona da mesma maneira que o original: trata-se de uma ferramenta criativa e sem competição, onde o jogador é livre para construir um mundo através de blocos, misturando sobrevivência e exploração. O professor de inglês Leonardo Tubarão conta que os educadores preparam desafios para os estudantes resolverem por meio do jogo. É possível representar frações de matemática ou criar ambientes a partir da interpretação de textos de Língua Portuguesa, por exemplo. De acordo com Leonardo Tubarão, unir games eletrônicos e educação torna as tarefas didáticas mais interessantes e atrativas. Isso é importante porque a nova geração já cresce rodeada por muita tecnologia, por isso se sente entediada facilmente com as antigas formas de dar aula.

A emoção é um fator que também influencia no processo de aprendizagem. Os sentimentos têm ligação direta com a nossa memória. Às vezes não conseguimos lembrar exatamente qual é a fórmula matemática de Bhaskara, mas dificilmente esquecemos a experiência de um primeiro beijo ou de uma viagem com amigos, por exemplo. Segundo Daniela Ramos, assim como em um beijo, o prazer de jogar gera descargas de dopamina (hormônio do bem-estar e prazer) no nosso cérebro e isso ajuda a cravar as informações na memória de longo prazo: “Se eu consigo, enquanto professor, criar situações de aprendizagem, em que os alunos possam se divertir, ter emoções boas e se sintam motivados, certamente aquela aprendizagem vai ser muito mais significativa do que em uma aula regular”, garante Daniela.

O doutor em Teatro e Educação, Vicente Concilio, também considera jogos e brincadeiras boas estratégias de aprendizado. Diversificar as maneiras de abordar os conteúdos em sala de aula ajuda a encontrar um melhor diálogo com a forma com que determinadas crianças pensam e aprendem.



Cada vez mais o exercício de brincar e de estudar se misturam dentro das escolas

O universo lúdico é capaz de construir uma ponte poderosa entre a criatividade e o aprender. Segundo Vicente, uma das manifestações da inteligência está na nossa habilidade de brincar de “faz de conta”: fingir que é outra pessoa, se colocar no lugar do outro, inventando a partir de uma perspectiva oposta a sua. Estas são características do brincar que também costumam estar presentes nos jogos eletrônicos. “Não acho que a educação vá ser resolvida usando tecnologia, mas eu vejo que é um campo enorme a ser explorado”, frisa Vicente.

Lucas Krupacz/Zero



Emílio Takase estuda Psicologia Cognitiva com estudantes do Colégio de Aplicação

A professora Daniela Ramos ressalta que é preciso tomar cuidado com o uso exagerado de tecnologia na vida das crianças: “Tudo em excesso é ruim. Ninguém diz que ler muitos livros de literatura pode fazer mal para o aprendizado, mas se o aluno só fizer isso durante todo o tempo em que fica na escola, certamente será prejudicial para o

seu desenvolvimento cognitivo”, afirma. Daniela acredita que para uma formação saudável, é preciso pesar e diversificar atividades com e sem tecnologia.

Apesar de ainda esbarrar na formação dos professores e na infraestrutura das escolas, o caminho para unir educação e diversão tem sido muito mais rápido no ensino básico do que no meio universitário. Por seu tradicionalismo, o mundo acadêmico ainda cria muita resistência ao uso de jogos em sala de aula. A professora lembra que ao propor um jogo com mímicas para trabalhar o conteúdo de uma aula da pós-graduação que estava ministrando na UFSC, pediu para um dos alunos fechar a porta antes da brincadeira começar: “se alguém passar aqui e ver todo mundo rindo vai pensar ‘que aula é essa em um curso da pós?’”.

Para Vicente Concilio, o maior problema está na maneira como estruturamos o processo de aprendizagem conforme viramos adultos. “A escola padroniza, e o padrão que a gente tem é esse, de controlar, cuidar e organizar”, opina. O professor faz referência ao capítulo sobre a disciplina dos corpos, do livro Vigiar e Punir, no qual o filósofo francês Michael Foucault disserta sobre a função disciplinante das instituições. Segundo Foucault, organizações como as escolas são pensadas para padronizar e controlar a sociedade, o que vai na contramão de uma educação mais prazerosa e eficiente. Para Daniela Ramos a comodidade dos professores também influencia neste processo. “É mais fácil dar uma aula expositiva do que utilizar tecnologia, quando você inova, está mais sujeito a repressão e ao fracasso”, conclui. ☺

Daniel Bonfim

danielbonfim@gmail.com

Lucas Krupacz

lucas.krupacz@gmail.com

# Choque cultural e racismo são barreiras

O número de indígenas na universidade aumentou, mas permanência ainda é um desafio

Fotos: Maria Teresa/Zero

**D**epois de se formar, Jafe Sateré quer voltar a morar nas margens do Rio Andirá, de águas ancestrais, profundas e escuras que há mais de cinco séculos banham a vida de seu povo, os Sateré Mawé. Nascido e criado em uma casa feita de barro e palha branca na aldeia de Ponta Alegre, perto da divisa do estado do Amazonas com o Pará, Jafe se mudou para Florianópolis ao ser aprovado em Direito. Quando lhe perguntam o porquê de estudar a 3.500km de distância, já que gosta tanto de sua terra natal, ele responde, “É pela autonomia indígena. Escolhi a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por ser uma das melhores do país no meu curso e pela quantidade de vagas para ações afirmativas”.

Jafe é filho de João Sateré, líder tradicional dos Sateré Mawé e um dos fundadores da Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB). “Meu pai sempre contou com o amparo de profissionais qualificados, mas nenhum deles era indígena. Quero dar sequência à minha hierarquia de liderança como advogado. Nos processos de demarcação de terra, por exemplo, meu diploma será muito útil”. Mesmo não sendo de uma linhagem direta de caciques, Lauhã Kamayurá concorda com Jafe. Faz 15 anos que ele saiu do Parque Indígena do Xingu para morar na capital catarinense e hoje está no quarto semestre de Geografia da UFSC. “Volto uma vez por ano porque minha família ainda está lá. Meu pai, meus avós, meus primos. E eles precisam de ajuda”, conta Lauhã. O Xingu é conhecido por ser o primeiro território indígena homologado pelo governo federal, o que colaborou para a preservação da biodiversidade local. Porém, mesmo

da existência, da identidade e dos direitos de seus povos. E eles não são os únicos que pensam assim. Há inclusive um discurso, ainda não tão popular, que define o lápis e o papel como os novos instrumentos de guerra do índio moderno. “Índio não, indígena!”, corrige Jafe. “Vocês, não-indígenas, podem nos chamar também de povos originários do Brasil ou simplesmente pelo nome de nossa etnia”. Faz sentido. Se recordarmos as aulas de história, os europeus chegaram ao Brasil por acidente, o destino final era a Índia. Já o termo indígena significa pessoa natural do lugar em que habita. “Fora o estigma que a palavra índio carrega, como se fossemos atrasados e preguiçosos”, alerta o estudante de Direito.

De 2010 a 2016, aumentou em 255% o número de indígenas matriculados no ensino superior brasileiro, conforme os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). É uma consequência da Lei de Cotas (Lei 12.711) implantada em 2012 e que obriga as universidades federais a reservarem vagas para pardos, negros e indígenas de escola pública – 99% dos indígenas estudam em escolas públicas, segundo o Ministério da Educação (MEC). Na UFSC, o programa de Ações Afirmativas prevê cotas raciais desde 2008 e atualmente, entre os 40 mil estudantes da instituição, 68 pertencem à etnias nativas do país (57 na graduação e 11 na pós-graduação). Eles ingressaram majoritariamente através das Vagas Suplementares que reservam 22 vagas para indígenas. Por reconhecer as distinções do ensino nas aldeias e quilombos, a própria Comissão Permanente de Vestibular (COPERVE) passou a organizar um processo de



Jafe quer se tornar advogado e voltar para a aldeia, em Ponta Alegre, na região Norte

cujo ensino diferenciado busca cultivar a tradição de cada povo.

Além da natureza amazônica, Jafe sente saudades de visitar as bibliotecas vivas de sua comunidade: os anciões. Na cultura indígena em geral, a oralidade é algo onipresente, afinal é por meio da fala que os mais velhos transmitem as histórias e os conhecimentos às novas gerações. “Quando estou lá, vou sempre a casa da minha avó e a encho de perguntas, e sei que meus filhos e netos farão o mesmo comigo”, conta Djeison Gakran, estudante de Odontologia que também saiu de sua aldeia para estudar na UFSC. Ele está no segundo semestre do curso e sente dificuldades com o vocabulário usado em sala de aula. “Aqui se usa muitos termos técnicos e às vezes me perco. Tenho que anotar tudo e pesquisar em casa”.

Djeison pertence ao povo Laklãnô-Xokleng que, assim como outras 274 etnias indígenas no Brasil, tem sua própria língua, o que torna comum a dificuldade deles com a linguagem acadêmica ou até mesmo com o idioma português. Simoniel Patté também é Laklãnô-Xokleng e sentia esse embate quando ainda morava na aldeia. “Alguns profissionais iam até a nossa comunidade e usavam muitas palavras técnicas que os nossos líderes não conseguiam assimilar. Aqui na universidade estou aprendendo esse conhecimento do não-indígena e vou poder ajudá-los ao voltar”. Simoniel está no quarto semestre de Engenharia Civil da UFSC.

Thairaa Antonia Pripra é caloura de Direito e chegou em Florianópolis no começo de 2017. “Senti falta de uma acolhida. Alguém que me explicasse a trajetória. Não só moradia, mas saber como chegar no meu curso, como ir a biblioteca, como entrar no restaurante universitário... Nisso quem me ajudou foram os meus parentes”, ela desabafa. Parentes é como os povos originários referem-se aos outros indígenas, independente da etnia. Thairaa, Djeison e Simoniel cresceram em José Boiteaux, município catari-



Thairaa Pripra, de 21 anos, ingressou no curso de Direito no 1º semestre de 2017

nense do Vale do Itajaí que abriga os únicos Laklãnô-Xokleng do mundo. Eles são pouco mais de 2 mil e vivem na região há mais de 300 anos, cercados pelas montanhas da Mata Atlântica e banhados pelo Rio Itajaí-Açu. Hoje, suas casas são de alvenaria, todas possuem fogão a lenha e ficam a cerca de 100 metros de distância uma da outra. Há uma única rua principal de chão batido e que conecta as nove aldeias da comunidade. Não tem semáforo, faixa de pedestre ou placas de trânsito. “A gente não tem data ou hora para fazer as coisas. Como hoje, combinamos um horário e eu vim para a entrevista. Se fosse lá, era só vocês aparecerem em casa para a gente conversar”, relata Simoniel.

Em seu povoado, Lauhã sente o tempo passar de maneira mais tranquila. Para ele, um dia na aldeia rende mais que dois dias “aqui fora” e ainda sobra tempo para dormir à tarde e jogar futebol. “As obrigações lá são genuínas, sem pressa. A gente trabalha para comer, para sobreviver”,

**“TEMOS QUE OCUPAR ESSES ESPAÇOS PARA ENTENDER E SE PROTEGER DA SOCIEDADE NÃO-INDÍGENA, MANTENDO NA CONSCIÊNCIA QUANTOS DOS NOSSOS ANCESTRAIS JÁ MORRERAM NESSA LUTA”**

Lauhã Kamayurá, aluno da Geografia/UFSC

com os recursos naturais e com a tradição da pesca, caça e agricultura, os xinguanos dependem do apoio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ONGs e antropólogos para solucionar questões burocráticas, algo recorrente entre as comunidades indígenas.

Para Lauhã, “é preciso ocupar esse espaço para entender e se proteger da sociedade não-indígena, mantendo na consciência quantos dos nossos ancestrais já morreram nessa luta”. Tanto Lauhã quanto Jafe acreditam, portanto, que estar na universidade é uma forma de dar continuidade à batalha em defesa

seleção diferenciado que ainda está em fase de aprimoramento. Em 2017, os candidatos foram selecionados por meio da análise do histórico escolar e o Conselho Universitário definiu que no próximo ano haverá uma prova específica. Desde 2011, a UFSC oferece mais 45 vagas para o curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, que é exclusivo para nativos das etnias Guarani (ES, RJ, SP, PR, SC, RS), Kaingang (SP, PR, SC, RS) e Laklãnô-Xokleng (SC). O intuito é que eles regressem às aldeias como professores especializados em educação indígena,

explica. A rotina singela pode até ser uma semelhança entre os Laklãnõ-Xokleng e os Kamayurá. De resto, os 305 povos originários do Brasil têm costumes e hábitos distintos que foram se moldando conforme as transformações sociais dos últimos séculos, assim como em qualquer outra cultura ao redor do globo. Por isso, há a preocupação em resgatar e conservar as singularidades de cada etnia nativa. “E a gente tem que usar a tecnologia a nosso favor”, aponta o estudante de Geografia.

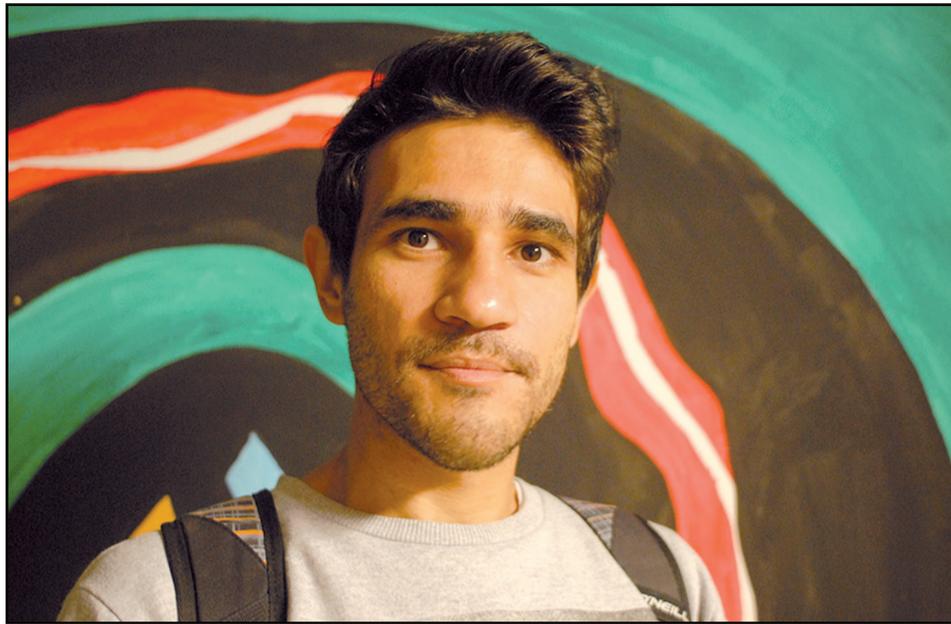
Há três anos, Ítalo Mongconãnn, Laklãnõ-Xokleng, ingressou na UFSC para cursar Cinema e chegou a receber comentários questionando sua identidade indígena por gostar de usar roupas de marca e ter celular. Até uma antropóloga já o definiu como um “índio confuso” por conta do seu estilo de vida considerado urbano. Ele não pensa em voltar para sua aldeia depois de formado, mas quer continuar defendendo a história de seu povo por meio de produções audiovisuais. Lauhã acredita que privar os indígenas da tecnologia fere a individualidade de cada ser humano, além de ser uma visão atrasada, de 500 anos atrás e que ainda hoje é disseminada. Um exemplo é a comemoração do Dia do Índio nas escolas, quando as crianças fazem cocar de folha sulfite e pintam o rosto.

Para celebrar essa data de outra forma, Brasília sedia há 14 anos no mês de abril a maior mobilização indígena do país, o Acampamento Terra Livre (ATL), onde representantes de várias etnias promovem atividades para discutir as demandas dos povos nativos. A edição de 2017 bateu o recorde de participação, com 4 mil indígenas, e o ápice do evento foi no dia 25/04, quando eles tentaram levar mais de 100 caixões até a Esplanada dos Ministérios em protesto às mortes de seus parentes, mas foram impedidos violentamente pela polícia. O estudante Simoniel estava lá. “Mesmo com as balas de borracha, spray de pimenta e gás lacrimogêneo, ficamos juntos e não cor-

Maria Teresa/Zero



Andressa Santa Cruz/Zero



À esquerda, Lauhã Kamayurá, que deixou o Xingu há 15 anos. Ao lado, Ítalo Mongconãnn, estudante de Cinema Laklãnõ-Xokleng

remos”, contou. O protesto foi transmitido ao vivo pelo Facebook e, no total, a cobertura online do ATL alcançou 8,5 milhões de pessoas de vários países. “Hoje, o mundo conhece mais da luta dos povos indígenas no Brasil”, concluiu a organização em uma publicação no site do evento.

Simoniel acredita que a persistência que eles mantiveram no ato, mesmo com a repressão policial, deve ser mantida dentro da universidade. “São formas de luta diferentes, mas precisamos dessa garra para nos formar”, defende o estudante. No primeiro semestre de 2016, ele e outros alunos indígenas se instalaram em um prédio, perto do Restaurante Universitário, que foi apelidado carinhosamente de maloca. A princípio, ficou acordado com a UFSC que eles ficariam lá por dois meses. Porém, em maio do mesmo ano, a gestão da reitoria mudou e, na primeira semana de seu mandato, o novo reitor, Luiz Carlos Cancellier, recebeu os indígenas em seu gabinete e anulou a carta de despejo. Atualmente, o alojamento improvisado abriga 12 alunos e serve de ponto de encontro entre os indígenas. No entanto, eles querem ser transferidos para um local com mais estrutura e que suporte mais gente. “A universidade abre as portas, né? Você entra se quiser, e se você tiver condições de se manter aqui, você fica”, provoca Djeison.

Todo indígena aldeado - criado na aldeia - que ingressa no ensino superior federal tem direito ao Programa de Bolsa Permanência (PBP) oferecido pelo governo. No portal online do MEC está especificado que “Para os estudantes indígenas e quilombolas, será garantido um valor diferenciado igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal”. Para se inscrever, o candidato precisa de três declarações: uma onde ele se declara indígena, outra que deve estar assinada pelas lideranças tradicionais de sua comunidade afirmando seu pertencimento étnico e a última deve ser concedida pela FUNAI, confirmando sua residência na aldeia. Porém, o cartão benefício pode levar até 90 dias para chegar. Por conta

dessa demora, Jafe conta que ficou dois meses sem receber o auxílio de R\$900, “se a gente não retira o dinheiro mensalmente, ele expira. E como eu ainda não tinha o cartão, não consegui sacar”.

A UFSC também oferece assistência alimentícia e financeira aos indígenas. No ato da matrícula, eles ganham isenção no Restaurante Universitário e auxílio moradia no valor de R\$ 250. Entretanto, Simoniel Patté lembra, “se manter aqui é um gasto, mas não é tudo. Não adianta só pagar moradia e bolsa. Eles não aguentam. A maioria nunca nem viu cidade grande”. Por duas vezes, os estudantes indígenas da UFSC sofreram dezenas de ofensas racistas de outros alunos da instituição nas redes sociais. As denúncias foram encaminhadas para o Ministério Público Federal, porém esses comportamentos não ficam só na internet e os acompanham no cotidiano universitário. “Tem umas piadinhas que não incomodam tanto, são pessoas com falta de informação. Elas perguntam o que a gente come. Comida, ué”, brinca Jafe.

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) oferece um curso preparatório de um ano para os alunos indígenas, assim eles têm mais tempo para se adaptar ao ambiente universitário enquanto aprimoram sua base escolar antes de começar o ensino superior. Já na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), há uma recepção de boas-vindas no dia da matrícula, onde são explicadas as estruturas acadêmicas e os benefícios aos quais eles têm direito. Um desses benefícios é o amparo de um bolsista que vai ajudar e acompanhar o indígena no seu dia a dia acadêmico. Porém, todo tipo de assistência deve ser pensada em conjunto, entre a UFSC e os estudantes indígenas, como defende Lauhã, “Precisamos do debate. A universidade tem que ouvir a gente para criar de fato”.

Com a posse do reitor Cancellier, também foi criada a Secretária de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (SAAD), departamento responsável pelo acesso e permanência dos indígenas na instituição. “Há oito anos inserimos as vagas suplementares no vestibular da UFSC, mas só ano passado foi criada uma secretaria exclusiva para isso. Já estamos em contato com outras uni-

versidades que possuem políticas de inclusão específicas para alunos indígenas e vamos nos basear nelas para implantar melhorias aqui, mas é um processo que demanda tempo. É um trabalho de formiguinha”, explica Marcelo Tragtenberg, diretor administrativo da SAAD.

“Nós estamos lutando não por nós, mas pelos outros que ainda vão vir. Eu mesmo já pensei em desistir, mas atrás de mim tem todo um povo”, conta Simoniel. Ele e os outros alunos indígenas sentem falta de suporte e receptividade por parte da comunidade universitária.

“POR MIM, EU JÁ TERIA VOLTADO PRA ALDEIA, MAS ATRÁS DE MIM TEM UM POVO INTEIRO”

Simoniel Patté, aluno da Engenharia Civil / UFSC

O Kamayurá, Lauhã, compara a situação com a vinda de intercambistas de outros países, “quando o estudante estrangeiro chega na universidade, existe uma preocupação geral em integrá-lo, o que não acontece com a gente que também chega aqui com uma bagagem cultural diferente”. Em resposta, os próprios alunos indígenas organizam palestras, exposições de filme e rodas de conversa na UFSC e convidam professores, servidores e demais estudantes a se aproximarem da realidade dos povos nativos do nosso país.

A palavra universidade vêm de universalidade e significa aquilo que abrange todos os conhecimentos. Se fossemos interpretá-la literalmente, este seria um espaço de acolhimento e interação entre todos tipos de saberes. O indígena não deve vir só para aprender, mas também para ter suas vivências e tradições ouvidas e consideradas pelos que lhe são diferentes. ☺

Andressa Santa Cruz

santacruzandressa@gmail.com

Maria Teresa Mazetto de Carvalho

mariateresamazetto@gmail.com

## Rede de ofensas



Índio = lixo/escória

há 8 minutos · Curtir · 1 Responder



E essa licenciatura aí também serve pra caçar capivara sem ser multado pelo Ibama?

Há 32 minutos · Curtir · 2 · Responder



Em qual fase aprende a fazer oncinha pra vender no centro?

Há 22 minutos · Curtir · 3 · Responder



Reinvindicando a terra que eu reinvidico a apropriação cultural, tão usando roupas e tecnologias criadas por brancos, já que a tradição vale tanto pra vocês, só partir pro mató e fazer fogo esfregando pauzinho

Curtir · Responder · 32 · 31 de janeiro às 14:48



cabral mato foi pouco

há 7 minutos · Curtir · Responder

# "Nos veem como uma esperança"

Renato Souza, enfermeiro catarinense que participou de 13 missões pelo Médico Sem Fronteiras, fala sobre suas experiências

A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) foi fundada em 1971 com o objetivo de levar atendimento médico para pessoas afetadas por graves crises humanitárias. Hoje, o MSF está presente em mais de 70 países, com escritórios em 28 deles. Conta com mais de 36 mil profissionais e ao longo de seus 46 anos realizou milhares de missões pelo mundo. O enfermeiro Renato Souza, formado em Enfermagem pela Univale, em Itajaí, com especialização em Enfermagem do Trabalho, participou de 13 missões pela Organização. A convite de uma amiga, foi trabalhar com povos indígenas da Amazônia, onde atuou por 12 anos em tribos locais. Depois, realizou um trabalho humanitário na Angola e após retornar ao Brasil, em 2009, surgiu a oportunidade de integrar a equipe do Médico sem Fronteiras.

**ZERO:** Como é o dia a dia de um participante do MSF em ação?

**Renato:** Para nós que somos agentes do campo as ações se misturam. O enfermeiro não está ali só para atuar como enfermeiro, não tem essa rotulação. Se for um contexto de guerra tem a tensão de não saber se eu vou estar vivo amanhã. Essa pressão psicológica é muito grande apesar de todo o aparato que se monta para a segurança dos profissionais. Em campo se trabalha no mínimo 12 horas por dia. Tem pessoas que ficam até 18 ou 20 horas por dia. Em contexto de guerra, tem dias que você pode ir para o campo, tem dias que não porque havia um conflito. Muitas vezes existem retaliações, então as estradas são dinamitadas ou fazem-se trincheiras para que o carro não passe, então você acaba não acessando certa comunidade.

**Z:** Você participou de 13 missões pelo Médico sem Fronteiras. Como era a frequência dessas missões?

Você faz uma primeira missão, depois retorna para o país, faz todos os relatórios, dá um descanso e se prepara para um convite para a próxima missão. Eles fazem a proposta como "ó vai ter uma missão no Afeganistão com contexto de guerra, o perfil do profissional se encaixa mais ou menos dentro do seu perfil. Você aceita?" Eles mandam toda a documentação da missão e da estratégia para você dar uma olhada e se ela tem alguma afinidade com o meu interesse de trabalho eu aceito. Se eu vejo que é um trabalho extremamente árduo que não compete a mim desenvolver, eu posso dizer não. Não é uma coisa imposta.

**Z:** Você tem noção de quantas pessoas já atendeu durante esses anos de missões?

Ih, é muito difícil. Talvez umas 100 mil pessoas. É muita gente, por que o meu trabalho, principalmente nos primeiros anos, foi de contato mesmo, de frente, de exposição. Eu atuava diretamente com o público, então eram pessoas que

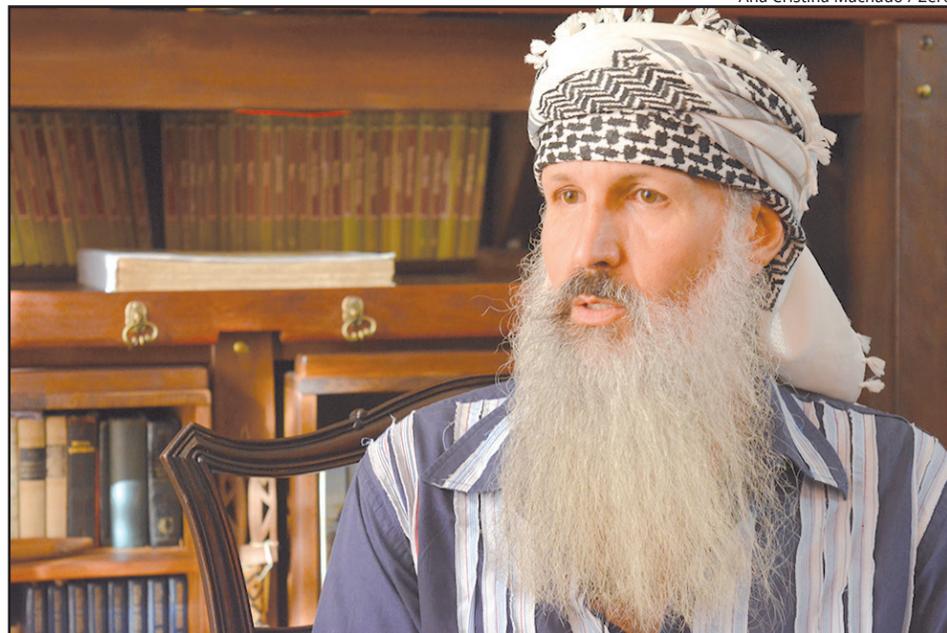
tinham problemas diretamente com conflitos de guerra, com público de refugiados, trabalhos de emergências, pessoas com cólera, crianças com desnutrição. Então em cada ação são milhares de pessoas que entram em contato com os humanitários num trabalho de seis, oito meses ou um ano. E todo trabalho é feito em equipe.

**Z:** Quanto tempo dura uma missão?

Depende. Se for uma missão de urgência ela dura de um mês a três meses no máximo. Se for uma missão longo termo, que são projetos estáveis que estão lá há quatro, cinco, dez anos, ela pode ser no mínimo de seis meses a um ano. O que não significa que você não possa prorrogar esse contrato. Se você sentir interesse, pode prorrogar o contrato e estender a sua missão por mais seis meses. Isso é um *agreement* entre você, a organização e o processo da missão em si. Vai depender da sua disponibilidade, se você desenvolveu bem o trabalho e não está cansado. Porque também tem um limite máximo, de um ano e meio, por exemplo. Mais do que isso você não pode estender, porque isso vai afetar o seu psicológico e o seu



Renato durante atendimento em uma clínica móvel montada em Tumbule, na Etiópia



O enfermeiro já trabalhou em países como República do Congo, Haiti e Paquistão

físico. Elas são missões feitas em condições extremas na questão de saúde, do psicológico, o desgaste emocional e físico é muito grande.

**Z:** Como você vê as políticas de saúde nesses países que você trabalhou?

Não existe. Em alguns países que eu trabalhei, existem algumas políticas de saúde, mas elas são precárias. Na Angola as políticas de saúde são extremamente precárias, porque há um déficit no aprendizado desses profissionais. Por incrível que pareça na Índia há um déficit muito grande, tem precariedade no sistema de saúde. E tem países em que não existe, que a gente chama de desertos sanitários, que são territórios gigantes onde não têm absolutamente nenhum suporte de saúde. Nada. Nós somos os únicos presentes.

**Z:** Qual foi a missão mais difícil que você já enfrentou?

Eu não gosto de dizer difícil, mas a mais impactante. Tiveram duas missões extremas. Uma foi na Índia, o desgaste não foi emocional e nem físico, mas o desgaste intelectual foi maior na Índia, pela posição na qual me colocaram. E uma missão que teve um desgaste emocional e psicológico muito grande foi no Haiti. Porque o que nós vimos no pós terremoto causou um abalo emocional muito grande.

**Z:** Como as pessoas que vivem em situações sem nenhum atendimento de saúde recebem vocês?

É sempre com um sorriso nos lábios. O MSF é conhecido já há mais de 40 anos e com certeza nos países em que ele vai, e que ele retorna, ele já tem o nome muito intrincado dentro do país. Alguns países só aceitam a nossa organização. E a população acolhe muito bem, nos veem como uma esperança, de que elas vão receber um tratamento bom e totalmente gratuito.

**Z:** Você acredita que o Médico Sem Fronteiras atinge bem o seu objetivo?

Olha, existe uma autocrítica dentro da organização que em algumas missões o humanitário falhou, como na missão do genocídio de Ruanda. Lá o mundo todo falhou. Foram mais de 800 mil pessoas mortas em 120 dias, um genocídio maior do que na Segunda Guerra Mundial. Em termos de espaço e tempo foi bem maior. E nessa ação nós falhamos. Existem ações humanitárias que nós saímos orgulhosos daquela situação porque nós diminuímos ao máximo a quantidade de óbitos. A intervenção é rápida, imediata e ela tem uma eficácia muito grande. Isso depende do contexto, do país, de muitos fatores. Mas na maioria das missões o resultado é excelente. Porque tem missões em que nós somos a única organização humanitária presente. Na segunda missão no Haiti, a do cólera, nós éramos a única organização que atuava em grande escala de cobertura. E num caso de cólera, em 24 horas você tem que intervir senão o paciente morre.☺

.....  
Ana Cristina Machado

anacristinaamj@gmail.com

Clara Comandolli de Souza

claracomandolli@gmail.com

Joelson Cardoso

joelsonc.cardoso@gmail.com

Leia o QR Code para conferir o conteúdo completo desta entrevista no Medium



# O labirinto das verbas para a educação

Dificuldade de acesso aos portais prejudica entendimento sobre repasses financeiros

**P**ropostas recentes do Governo Michel Temer para controlar os gastos públicos são medidas de austeridade fiscal sem precedentes no país. Um exemplo é a Emenda Constitucional 95/2016, antiga PEC 241 ou PEC 55, que combina a duração incomum de 20 anos a uma rigidez sobre a gestão da política fiscal brasileira. Durante as ocupações de escolas e universidades públicas ocorridas em 2016, os manifestantes acreditavam que ações como essa poderiam sucatear o ensino. Muito se falou no que a educação teria ou não a perder com a aprovação da Emenda Constitucional 95, mas pouco comentou-se sobre o funcionamento do sistema orçamentário do Estado. Os caminhos legais por onde os recursos circulam são complexos e entender como eles são acessados é difícil para a maioria dos brasileiros. Por isso, a equipe do **ZERO** conversou com especialistas para responder a seguinte questão: como funciona o financiamento da educação básica brasileira?

Os impostos pagos pela população são as primeiras fontes de recurso para a educação. São os chamados gastos obrigatórios, aqueles que estão previstos em lei e que não são passíveis de cortes. Também nessa linha, há a contribuição social feita pelas empresas públicas e privadas, chamada de Salário-Educação. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é abastecido por esses recursos e destina parte da verba ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em vigor até 2020. Além disso, há os programas federais



Fotos: Ana Luisa Nascentes/Zero

**Escola Estadual de Educação Básica Getúlio Vargas depende de recursos para iniciar reforma projetada há 20 anos**

educacional brasileiro. A vinculação orçamentária assegura que 18% de todos os impostos arrecadados pela União (Governo Federal), mais 25% dos impostos das receitas estaduais, municipais e do DF devem ser destinados à educação, o que inclui a educação básica, que vai do ensino infantil ao ensino médio. Esse é o investimento mínimo que os governos devem fazer na área. Vale lembrar que existe uma divisão de responsabilidades na gestão do ensino: cabe à União organizar e financiar o sistema federal (universidades e institutos), redistribuir e complementar as receitas da educação, por meio de assistência técnica e financeira aos estados e municípios. Ao Distrito Federal e aos estados, é destinada a função de atuar prioritariamente no ensino médio e assegurar o ensino fundamental. Os municípios devem atuar especialmente no funcionamento do ensino fundamental e na educação infantil.

Outra obrigatoriedade é o Salário-Educação, uma contribuição social de empresas públicas e privadas voltada para o financiamento do ensino fundamental, valor equivalente a 2,5% da folha de pagamento dos funcionários. Este recurso é depositado no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 10% do montante fica com o próprio fundo, a fim de aplicar no financiamento de projetos, programas e ações da educação básica. Os outros 90% da arrecadação são divididos em duas quotas (veja o infográfico na página 8 e 9). A divisão e distribuição desses valores é feita com base no número de alunos matriculados nas instituições.

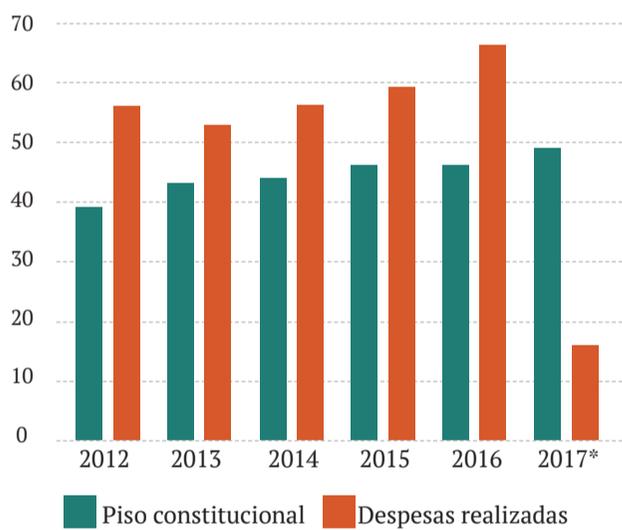
## Fundos da educação

O Fundeb é a principal fonte de redistribuição de recursos de âmbito estadual, formado por impostos e transferências dos próprios estados, DF e municípios, que financia a educação básica. Ele é composto por 20% do valor de cinco impostos (veja infográfico) arrecadados por estados, municípios e DF, além da desoneração de exportações, isto é, impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal. Ainda há a complementação de até 10% do governo federal via Fundeb para estados que não alcançarem o valor mínimo do custo-aluno de-

finido nacionalmente. Como foi o caso, por exemplo, do Amazonas e da Bahia em 2016.

O Fundo conta com maior participação da sociedade, que exigiu a ampliação de recursos que o fundo anterior não atendia, a fim de englobar mais etapas de ensino. De seus recursos, 60% devem ser obrigatoriamente destinados à remuneração dos profissionais do magistério, enquanto que o restante pode ser usado em despesas de manutenção e desenvolvimento, e na complementação do salário dos professores para que se atinja o piso estabelecido nacionalmente. Cada estado distribui os recursos de seu próprio fundo, de acordo com o número de estudantes que estão matriculados em sua rede

## Gastos obrigatórios com Educação

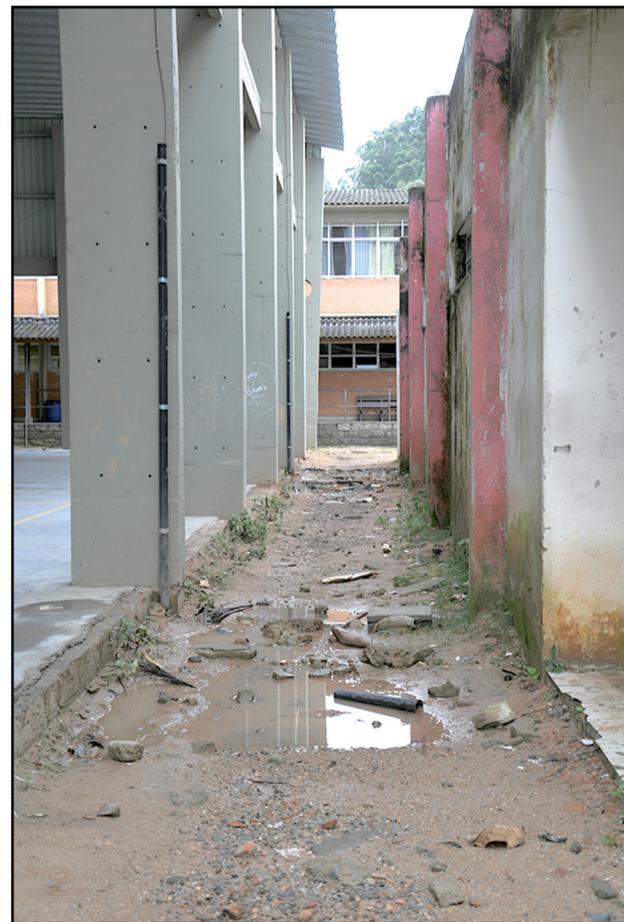


\*2017: gasto realizado até março; piso previsto na Lei Orçamentária Anual 2017

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Tesouro Nacional (Valores em bilhões)

de apoio e subsídio às escolas que também recebem verba do FNDE, os quais são mecanismos usados pelas secretarias de educação estaduais e municipais a fazer os repasses diretamente às instituições de ensino públicas. Dada a complexidade dos caminhos em que o dinheiro passa, a reportagem irá explicar em detalhes como as transferências ocorrem.

A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação garantem que os governos federal, estaduais e municipais, além do Distrito Federal, sejam responsáveis pela administração do sistema



**Discrepância entre o ginásio e a quadra recém coberta**

de ensino, segundo dados do Censo Escolar do ano anterior. Caso os estados e seus respectivos municípios não alcancem com arrecadação própria o valor definido anualmente, cabe ao governo federal fazer essa complementação. Neste ano, o valor de investimento mínimo anual por aluno da educação básica é de R\$ 2.875,03.

A fiscalização da utilização dos recursos repassados pelo Fundeb é feita através do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Cacs Fundeb). Esse conselho é de âmbito municipal e é formado por representantes do Poder Executivo Municipal, por professores, diretores, servidores técnico-administrativos, pais de alunos e estudantes da educação básica pública. Vale lembrar que o Cacs Fundeb não substitui a função do Poder Executivo, mas o complementa. O conselho representa a sociedade, apontando falhas ou irregularidades para que as autoridades adotem as providências necessárias para cada caso.

Segundo o Secretário de Educação de Florianópolis, Maurício Pereira, embora o custo-aluno da cidade esteja desatualizado, em junho, será divulgado um trabalho inédito, feito em cada uma das 115 unidades de educação básica do município, onde esse valor será revelado. De acordo com Edilton Luis Piacentini, professor da Escola Municipal Beatriz de Souza Brito e representante dos professores no Cacs Fundeb da cidade, as escolas municipais de Florianópolis têm um gasto por aluno em torno de R\$ 10 mil, cerca de R\$ 7 mil além do custo-aluno estabelecido nacionalmente. Essa diferença de cerca de 70% quem paga é o município. “E vale considerar que a rede de educação de Florianópolis é bastante razoável, não é a melhor do Brasil e investimos um bom valor. Imagine municípios que não podem nem gastar o mínimo”, ressalta.

A pesquisadora e professora de Socioeducação da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Natalia Duarte, acredita que o Fundeb “foi um bom mecanismo para minimizar as desigualdades de riqueza entre as regiões, os estados e os municípios, mas está esgotado porque necessita de mais recursos”. Natalia destaca que o custo-aluno, parâmetro do Fundeb para repasse dos recursos que financiam a educação, é muito baixo, o que gera um financiamento da escola pública pobre e precário. De acordo com a pesquisadora, mesmo que a União tenha criado programas a fim de ajudar estados e, principalmente, municípios a minimizar a precariedade do ensino, gerou também, historicamente, espaço para negociações políticas.

A partir desses fundos, existem os programas instituídos pelo governo federal para facilitar a divisão dos recursos às variadas demandas da educação. Eles atendem às áreas de gestão educacional, de formação de professores e de apoio escolar. Também há ações para melhorar as práticas pedagógicas e de avaliação, além de contribuir com a infraestrutura física das escolas. No âmbito federal, existem 18 programas para a educação básica, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tem como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Além disso, os estados e municípios podem criar programas para gerenciar as particularidades das escolas de suas regiões.

De acordo com o relatório anual do Censo Escolar, no ano de 2016 havia 48,8 milhões de alunos matriculados nas 186,1 mil escolas de educação básica no Brasil. Sendo que 81,6% dessas matrículas

são ofertadas pela rede de ensino público. Para a pesquisadora, “a educação é uma política universal que deveria cobrir todos e cada um dos brasileiros dos três aos 17 anos. Precisamos de um financiamento potente para dar conta da magnitude que é a educação em nosso país”.

### Como estão as escolas?

Na Escola Estadual de Educação Básica Getúlio Vargas, a falta de recursos é um problema recorrente e de longa data. Segundo o professor Daniel Schafhauser, diretor geral da unidade, “o abandono é o mesmo há muitos anos, um exemplo é a reforma da nossa escola, que foi construída na década de 40, temos o projeto da reforma há, pelo menos, 20 anos, mas falta recurso”. As únicas formas de a Getúlio Vargas obter dinheiro para funcionar de maneira adequada vem do Ministério da Educação (MEC), pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do governo federal e, em caráter emergencial, por meio de um cartão corporativo fornecido pelo governo do estado. O programa foi criado com finalidade de

prestar assistência, de forma complementar, às unidades escolares. “Como não há a manutenção da estrutura pelo estado, a gente acaba realocando dinheiro do PDDE que deveria ser destinado a melhorias para, por exemplo, comprar lâmpada, para suprir os quesitos básicos, porque é esse o

dinheiro que a gente tem”, conta Schafhauser.

A incoerência em relação aos investimentos é bastante evidente na atual situação da quadra e ginásio da escola. Através de um projeto do MEC, a quadra, antes ao ar livre, foi coberta por uma estrutura metálica. O projeto destinava a verba exclusivamente para esse fim e por essa razão, outros problemas na estrutura física da escola não puderam ser resolvidos, como a conclusão das obras do ginásio de esportes, construído em 2005. Os vestiários e a sala onde funcionaria um espaço para jogos ficaram abandonados e hoje, o mofo, os entulhos e a infiltração tornam seu uso impróprio para os alunos. Para Schafhauser, a nova cobertura não foi totalmente satisfatória, já que a obra também não foi finalizada e os funcionários e professores da escola tiveram que concluir o projeto, por exemplo, pintando as demarcações e restaurando antigas tabelas de basquete. “Muita gente acha que era melhor ter consertado o ginásio e mantido as quadras do jeito que estavam, porque, apesar de descobertas, eram funcionais”, argumenta o diretor.

Já na unidade municipal Escola Beatriz de Souza Brito, a situação é diferente. Uma vez que há a verba complementar do município em cima do custo-aluno mínimo do Fundeb, a escola conta com recursos para manutenção e melhorias. “A escola já conseguiu adquirir materiais como câmeras fotográficas, ar condicionado, microscópios”, conta Piacentini.

### Divisor de águas

Em 2018, o financiamento da educação sofrerá mudanças. A PEC 241 ou PEC 55, dependendo da Casa Legislativa, que limita os gastos públicos por até 20 anos, foi aprovada em dezembro de 2016. A ideia é que o valor de investimento para o ano seguinte seja calculado com base no que foi investido no anterior, corrigido pela inflação. Como a Emenda 95/2016 entrou em vigor em 2017, o orçamento disponível neste ano para gastos será o mesmo de 2016, acrescido da inflação, com exceção das áreas de saúde e educação, as quais passam a integrar o novo sistema somente no ano que

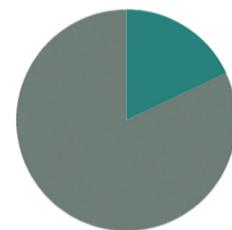
vem (2018). A medida irá valer para os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário.

Até este ano, como o percentual de 18% da arrecadação de impostos do governo federal é fixo, se a União arrecadar mais, o piso de investimento será maior. Caso arrecade menos, o valor obrigatório também diminuirá, mas o governo federal pode voluntariamente pagar mais, assim como tem feito ao longo dos últimos anos, pois a lei determina apenas o piso, não o teto. Com o novo regime fiscal, a obrigatoriedade de aplicação do percentual mínimo de 18% é suspensa e o piso passa a ser o valor mínimo obrigatório do ano anterior ajustado pela inflação do período. Vale lembrar que os investimentos realizados pelos estados e municípios não são diretamente afetados com a mudança, pois ainda vigora a obrigatoriedade de vinculação de 25% de suas receitas de impostos à educação.



Arrecadação e distribuição dos recursos destinados à Educação

### União



Proporção dos impostos arrecadados pela União que devem ser repassados para o FNDE

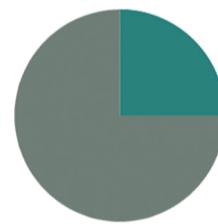
18% à Educação  
82% outros

### Salário Educação

Valor equivalente sobre a folha de pagamento dos funcionários que empresas públicas e privadas devem repassar para o FNDE

Equivalente a 2,5%

### Municípios, estados e D.F



Proporção dos impostos dos municípios, estados e Distrito Federal que são destinados à Educação.

25% à Educação  
85% outros

### FNDE

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação recebe toda a parcela de recursos da União arrecadada para a Educação, que é distribuída para programas federais e para complementar o Fundeb, por exemplo.



O Fundo também recebe os recursos do Salário Educação, uma parte permanece no FNDE e a outra é dividida em duas quotas.

Mesmo assim, o novo teto de gastos afeta o orçamento da educação para estados e municípios, que têm no Fundeb a principal fonte de recursos. Isso ocorre porque parte da verba anual do fundo é depositada pela União para fazer com que alguns estados e municípios consigam atingir o valor mínimo nacional de gasto por aluno. Apesar disso, a educação poderá ter as despesas aumentadas a cada ano, desde que o Congresso Nacional aprove um orçamento maior. Para isso ocorrer, é necessário haver uma diminuição de despesas em outras áreas, exatamente porque o teto das despesas primárias da União exige que o investimento seja o mesmo do ano anterior, corrigido pela inflação.

Como foi explicado anteriormente, o governo federal é obrigado a aplicar 18% da receita de impostos na área, enquanto que estados e municípios aplicariam outros 25%. No entanto, a União investe

cerca de 4% a 5% a mais do que a receita mínima de impostos, porque o custo para manter o sistema de ensino é maior do que é estipulado na lei.

De acordo com o professor Bernardo Meyer, especialista em Administração Pública, é necessário destinar mais recursos à educação, porém o governo deve estabelecer prioridades. Em sua opinião, a PEC 55 é desnecessária se a Lei da Responsabilidade Fiscal fosse seguida à risca. “A maioria dos governantes é irresponsável, salvo exceções com gestões sérias, mas muitos políticos se deixam levar para atender demandas políticas.” Ele pontua que se o governo não tiver um aumento de arrecadação, não poderá aumentar os investimentos em educação.

Para o professor Marcos Edgar Bassi, especialista em financiamento da educação pública, caso a economia cresça e o valor mínimo siga corrigido apenas conforme a inflação, na prática o que será investido em educação será menor em termos de porcentagem do PIB (toda a riqueza produzida pelo país), o que afetará o Plano Nacional de Educação de 2014, em que metas, diretrizes e estratégias foram estabelecidas para a política educacional até 2024. “Teria que procurar novas fontes de recurso para poder dar conta da demanda de ampliação do sistema educacional de qualidade, como uma reforma tributária, onerar mais os ricos. Há escolas que não têm energia elétrica, água encanada, nem banheiro adequado. Precisa melhorar muito pra ficar bom”, ressalta Bassi.



Daniel Schafhauser, diretor da escola Getúlio Vargas

de educação, salientando que o descumprimento do Plano tem relação com políticas regressivas.

## Quotas FNDE



A primeira quota é de 1/3 e permanece no FNDE, os outros 2/3 são enviados diretamente para as Secretarias de Educação dos estados e municípios



■ 1/3% ao FNDE ■ 2/3% às Secretarias

**Saiba mais** A divisão e distribuição desses valores a cada estado e município é feito com base no número de matrículas das instituições.

## Fundeb



O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação recebe parte do valor arrecadado pelos estados, municípios e DF, oriunda de determinados impostos, fundo de participação e desoneração de exportações.

**Saiba mais** Caso os estados não atinjam o valor/aluno mínimo, a União faz essa complementação.

## Secretarias de Educação



As Secretarias municipais e estaduais recebem os recursos do Fundeb de acordo com o número de matrículas do Censo Escolar.

Arrecadação dos municípios, estados e Distrito Federal que são distribuídos para suas respectivas redes de ensino.



Recebe 2/3 da quota do Salário Educação.

Recebe recursos dos programas federais pertencentes ao FNDE, como Pnate (Plano Nacional de Transporte Escolar) e o PNE (Plano Nacional de Educação).



## Escolas

As escolas recebem os recursos das Secretarias

## Plano Nacional de Educação

Articulador do Sistema de Educação do país, o Plano Nacional de Educação (PNE) deve ser a base de elaboração dos planos estaduais, municipais e distrital e, conseqüentemente, de seus orçamentos para o ensino. O Plano foi criado em 2014 e estabelece 20 metas para a próxima década. Entre elas, está atingir, em até dez anos, o investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação pública. Mas isso está longe de se tornar realidade, segundo o 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), divulgado em 2016, nenhuma meta foi cumprida integralmente ao longo dos primeiros dois anos.

Bernardo Meyer participou da formulação do PNE em 2012, quando era Secretário de Educação de São José, na Grande Florianópolis, e avalia que o Plano levou em conta as necessidades do ensino, mas que precisa caminhar com a realidade das finanças. “As metas certamente não vão ser atingidas dentro dos prazos previstos. Aqueles 10% do PIB são louváveis, e é importante que a gente chegue lá, mas vai demorar mais tempo do que a gente previa. A PEC (55) vai tornar mais difícil atingir aquelas metas, e cabe a nós enquanto sociedade pressionarmos os políticos para realmente transformar a educação em uma prioridade”, defende.

O PNE foi muito elogiado durante o processo de Revisão Periódica Universal, mecanismo do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH) que submete os estados membros da ONU a uma análise de todos os aspectos de direitos humanos em seus territórios. O Brasil passou pela sabatina no início de maio, em que também foram avaliadas positivamente as políticas sociais como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida. Dos 109 países que participaram da sessão, 17 citaram explicitamente a necessidade de o Brasil implementar o PNE, entre eles África do Sul, Coreia do Sul e Israel. O Japão além de sugerir a implementação plena do PNE, aconselhou ao país que continue a tentar reduzir desigualdades educacionais, ressaltando que elas têm plena relação com as desigualdades de renda. Ao todo, dez países recomendaram que o governo brasileiro invista em políticas

## Portais da transparência

Os caminhos para encontrar as informações sobre a educação no país não são fáceis. A ideia de portais da transparência é possibilitar o acesso a dados facilmente acessíveis e, acima de tudo, compreensíveis. A lei de acesso à informação assegura que as orientações de onde ir e como obter as informações devam ser devidamente explicitados. Entretanto, não foi isso que a equipe do **Zero** constatou durante a apuração desta reportagem.

O site do portal da transparência do governo de Santa Catarina é visualmente mais simples para a compreensão e apresentação de números. Ainda assim, para quem não entende de orçamentos e gestão de recursos, as informações podem parecer bastante confusas. A pesquisadora Natalia Duarte comenta que não é fácil acompanhá-los. “É necessário um saber muito complexo sobre orçamento público e dominar a linguagem e operações que dificultam muito a compreensão”, mas ressalta a importância de se ter esses dados disponíveis para a população. Ainda que, de acordo com o site do portal da transparência do governo federal, “o objetivo dos portais é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar”, esse é de ainda mais difícil entendimento e acesso.

“NESSE PRISMA, OS PORTAIS AINDA ESTÃO NA IDADE DA PEDRA”

Evilásio Salvador, economista

O site do FNDE é, em comparação com as outras ferramentas possíveis de busca anteriormente citadas, eficiente. Mas falha ao não apresentar dados, por exemplo, do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Isso acontece porque determinados estados e municípios não transmitem seus dados ao Sistema.

O economista, mestre e doutor em política social, Evilásio Salvador, pensa que “os municípios e estados deveriam dar acesso pleno a todas as informações do orçamento em base de dados abertas, que permitam o pleno manejo dos dados pelos usuários. Além disso, deveriam fornecer séries históricas. Com esse prisma, os portais ainda estão na idade da pedra”.

Entender como funciona o financiamento do sistema de educação pública brasileiro é de extrema dificuldade, e a equipe do **Zero** tentou, por meio dos mecanismos oferecidos pelo governo e pela opinião de especialistas, entender o processo. A equipe entende que oferecer uma matéria com caráter didático e explicativo de algo que deveria ser simples e claro é o dever do jornalista. Dessa forma, acredita-se também que, através do conhecimento do sistema, a população pode se tornar cada vez mais vigilante em relação aos recursos públicos. ☺

Ana Luísa Nascentes

analuisapns@gmail.com

Maria Fernanda Salinet

mariafernandasalinet@gmail.com

# Direitos humanos violados nas prisões

Relatório aponta condições degradantes e indícios de tortura em cinco presídios de SC

Fotos: Arquivo/CNIEP

No último ano, o sistema prisional de Santa Catarina sofreu um aumento da massa carcerária na média de três presos ao dia, segundo dados da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC). O número de detentos aumentou, mas a violência não teve sinais de diminuição. Uma estatística divulgada em abril pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) aponta que Florianópolis teve o primeiro trimestre mais violento dos últimos oito anos, com 53 homicídios (em meados de maio o número aumentou para 71). Para comparação, no ano de 2016, foram registrados 79 homicídios no ano inteiro.

As vagas no sistema carcerário também não cresceram na mesma proporção. O Relatório Mensal do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP) indica que há atualmente 20.123 presos em Santa Catarina. O sistema atual comporta 15.196 detentos, ou seja, temos um déficit nominal de 4.927 vagas. Dos 50 estabelecimentos prisionais no estado, 33 possuem superlotação. Destes, cinco estão com mais do que o dobro da capacidade ocupada nas cidades de Caçador, Itapema, Joaçaba, Lages e São Miguel do Oeste. Em Florianópolis, o presídio feminino possui uma capacidade projetada para 68 pessoas e a lotação atual é de 131 presas. O diretor de Inteligência e Informação da SJC, Alexandre Brum, ressalta que a falta de cooperação das prefeituras municipais que não aceitam a construção de novas Unidades Prisionais dentro de seus domínios vem prejudicando e aumentando a superlotação.

Apesar da redução de fugas das prisões de 2011 a 2015 ter sido de 54% - em 2011 foram 525 e em 2016, 242 -, a evasão de detentos ainda é uma realidade. No mês de abril deste ano, três presos ser-



As condições precárias de iluminação, ventilação e saneamento causam excesso de mofo e umidade nas celas da Penitenciária

raram as grades da cela no Complexo Penitenciário da Agrônômica, em Florianópolis, e fugiram pelos fundos da unidade, onde não há muros. Alexandre Brum considera que a superlotação do sistema carcerário e o baixo efetivo de funcionários impulsionam as fugas. No entanto, a penitenciária de Florianópolis possui 206 agentes penitenciários, número que está dentro da média nacional, de acordo com a Resolução N° 9 de 2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, de cinco presos por carcereiro.

Em 2017, três presos foram assassinados nas cadeias de Santa Catarina de acordo com dados do Departamento de Administração Prisional (DEAP). O órgão confirmou a morte de dois líderes da facção criminosa do Primeiro Grupo Catarinense (PGC) no Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara e um terceiro detento em Blumenau. No relatório de inspeção prisional feito no mês de março de 2017 pelo Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), foram encontradas armas de fogo e instrumentos capazes de servirem como arma na Penitenciária de Florianópolis. Além disso, foram apreendidos seis telefones celulares e aparelhos semelhantes. A instalação de aparelhos bloqueadores para telecomunicações depende de processo licitatório, e, no momento, existe um em andamento, sendo que desde 2012 é discutido a importância do uso desses equipamentos.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC, Sandro Sell, os presos que cometem crimes sem violência ou grave ameaça deveriam ser punidos com penas alternativas, deixando na prisão apenas os indivíduos efetivamente perigosos, que aí poderiam ser ressocializados. "Entretanto, sai mais barato para o Estado, em vez de investir em tais alternativas à prisão, colocar todos os condenados num mesmo lugar, arriscar a vida de um número insuficiente

de agentes públicos para vigiá-los e esperar que, dessa lógica, resulte algo que não o fracasso do próprio sistema", diz. Para ele, o perfil do preso de Florianópolis e do restante do Brasil é o mesmo: homens, jovens, com baixo índice de educação, pobres, envolvidos de maneira geral em crimes contra o patrimônio ou no tráfico de drogas. Segundo o Infopen, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o crime que mais leva pessoas para a prisão é o tráfico de drogas - 28% dos brasileiros estão no cárcere em razão da lei de drogas, seguido de acusados ou condenados por roubo (25%), furto (13%) e homicídio (10%).

Os autores de crimes de menor gravidade, como aqueles que praticam furtos, desacato, desvio de dinheiro público, entre outros, podem estar submetidos às penas restritivas de direitos, conhecidas como alternativas, na qual o autor poderá ser designado à prestação de serviços à comunidade. No estado, há um exemplo para impedir que essas pessoas entrem no sistema carcerário. A SJC implantou a Central de Medidas Alternativas, que conta com ajuda de psicólogos e assistentes sociais como forma de fiscalizar e oferecer suporte para o retorno à sociedade. Segundo o DEAP, com a instituição da central e a abertura de novas vagas, Santa Catarina poderá zerar o déficit de vagas em 2018. A promessa é de que sejam criadas 7,7 mil vagas somente na atual gestão.

## Direitos Humanos

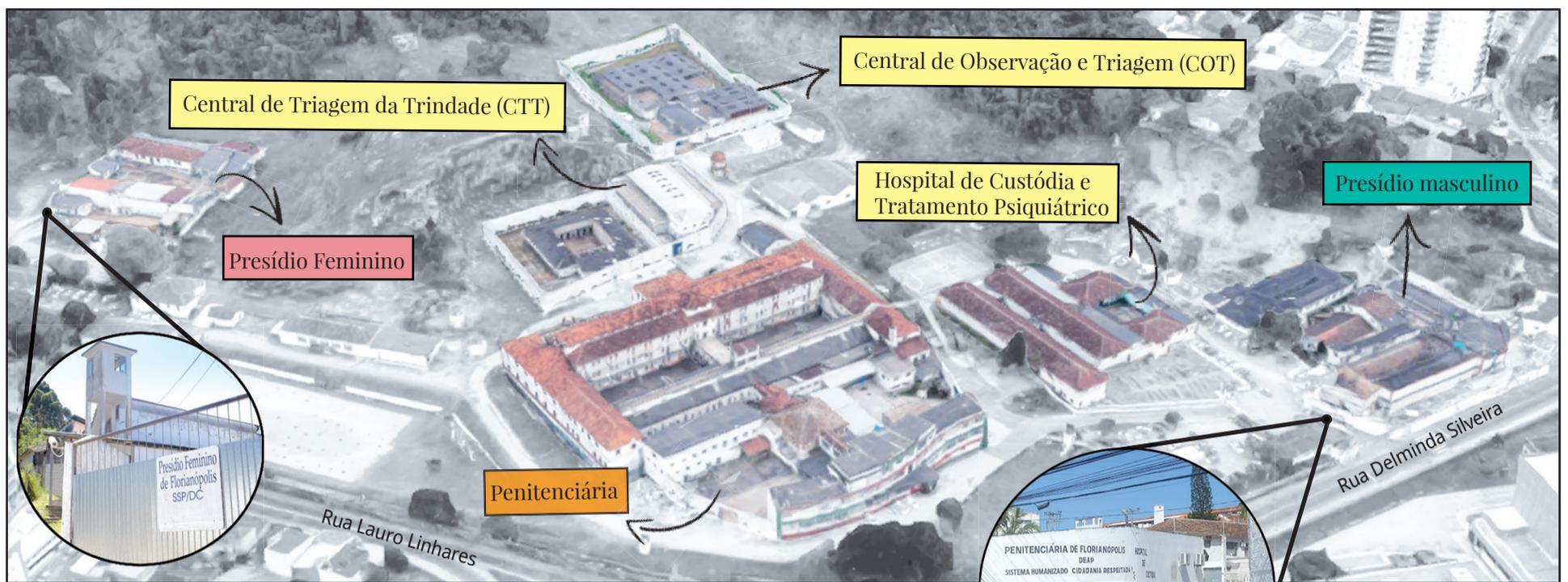
Segundo uma inspeção realizada pelo CNJ, as condições do estabelecimento da penitenciária e do pre-



Em algumas celas, o banho dos presos é tomado de canequinha com água fria



Onde há chuveiro, não há ralo e a água fica acumulada ao lado da cama até evaporar



Google Maps

sídio masculino foram consideradas péssimas. Um relatório da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República mostra condições degradantes e indícios de tortura em cinco presídios catarinenses. A vistoria nos locais foi feita em agosto de 2015 por integrantes do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura Federal (MNPCT). O relatório aponta que, em Santa Catarina, os detentos apresentaram sinais visíveis da prática conhecida como “pau de arara”, em que o preso é mantido pendurado de ponta-cabeça, tendo braços e pernas amarrados. Nas celas vistoriadas no presídio de Florianópolis não havia chuveiro e o banho era realizado com água fria da torneira. Também foram encontradas pessoas dormindo em colchões encharcados de água.

Uma das formas de fiscalizar as condições internas dos detentos é através do Conselho da Comunidade, que possui o dever de visitar estabelecimentos penais da Comarca da capital, entrevistar presos e enviar relatórios ao Juiz da Execução Penal e ao Conselho Penitenciário. De 2 a 22 de março de 2016, o conselho realizou visitas à Penitenciária de Florianópolis. No documento, foram apontadas violações de direitos dos presos, problemas de limpeza e ventilação na cozinha, bem como nas celas. Os locais das instalações sanitárias são in-

salubres e impróprios para o banho. As roupas fornecidas são em quantidade insuficientes e, muitas vezes, não são adequadas de acordo com as variações climáticas. Além disso, há ausência de roupa de cama individual na maioria das celas, isso quando possível, já que nem todos têm cama e vários dormem no chão.

A coordenadora do relatório do Conselho da Comunidade e defensora pública, Caroline Köhler Teixeira, acrescenta que outros problemas são a falta de agentes penitenciários para realizar os procedimentos cotidianos, ausência de espaço para oficinas de trabalho e para salas de aula, estrutura inadequada para atendimentos odontológicos, revista vexatória realizada nas pessoas que irão visitar os presos e a inexistência de planos e estratégias para combater o vício em drogas. “Todas as unidades prisionais de Florianópolis são muito antigas, desgastadas, e por isso ostentam uma maior vulnerabilidade, facilitando fugas e também proliferação de doenças”, afirma a defensora.

Sandro Sell, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC, afirma que a sociedade tem uma grande ânsia por prisões, mas praticamente nenhuma preocupação com o que se passa dentro dos estabelecimentos penais. “Em geral, alimentamos uma lógica de que quanto pior for a situação do preso, mais ele (ou ela) ‘aprenderá’ que não vale à pena cometer novos crimes. Toda precariedade e desrespeito com que se tratam os presos só costuma levá-los a sentirem-se menos culpados pelos seus atos: afinal, eles fizeram suas vítimas sofrerem, mas o sistema prisional se vingou deles à altura. Assim, saem dali considerando-se inimigos permanentes da sociedade ou viram membros de organizações criminosas como forma

de terem algum poder, ainda que ilegal”, observa. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que a cada quatro ex-condenados, um volta a ser condenado por algum crime no prazo de cinco anos, uma taxa de 24,4%.

No último dia 17 de abril, o Centro de Estudos em Reparação Psíquica de Santa Catarina (CERP-SC) promoveu aula magna com o tema “O que acontece nas prisões?”, que contou com a participação do deputado Marcelo Freixo e do antropólogo Luiz Eduardo Soares. Segundo Freixo, a solução para reduzir os índices de violência e de reincidência está ao observarmos que as facções criminosas só existem se forem capazes de recrutar novos jovens. Ele explica: “Alguém só se deixa atrair se encontra nesse grupo alguma vantagem ou benefício. Quais benefícios as facções oferecem? Valorização, reconhecimento e acolhimento. Nós seríamos bem sucedidos se oferecermos, pelo menos, os mesmos benefícios que eles julgam receber do outro lado. Nós podemos ser como nação e sociedade oferecer isso, através de políticas públicas e ações sociais conjugadas”.

Ele explica: “Alguém só se deixa atrair se encontra nesse grupo alguma vantagem ou benefício. Quais benefícios as facções oferecem? Valorização, reconhecimento e acolhimento. Nós seríamos bem sucedidos se oferecermos, pelo menos, os mesmos benefícios que eles julgam receber do outro lado. Nós podemos ser como nação e sociedade oferecer isso, através de políticas públicas e ações sociais conjugadas”.

### Ressocialização

No Brasil, existem alguns estados que vêm se destacando por adotar medidas que oferecem condições dignas aos presos. Um exemplo bem sucedido é o Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, um projeto que utiliza uma entidade, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), para realizar a recuperação e reintegração social dos detidos. Além de utilizar o método da APAC através de manutenção e construção de unidades, o Novos Rumos fiscaliza e monitora o sistema carcerário, colabora com a justiça do

Estado para garantir efetividade ao cumprimento das penas, promove oportunidades de ensino, capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho dos sentenciados e presta assistência, com ajuda de psicólogos, aos infratores com suspeita de insanidade mental.

O estudo, o trabalho e a leitura são formas de ressocialização dos detentos e estão previstas na Lei de Execução Penal em um direito chamado de



Foto: Pablo Mingoti/Zero



São oferecidas oficinas para capacitações profissionais

remição, no qual é permitido que haja abatimento de dias e horas trabalhadas, reduzindo a condenação a que o preso foi sentenciado. Os condenados têm a oportunidade de trabalhar em empresas que possuem convênios com a SJC, e aqueles que manifestam interesse em estudar recebem auxílio de professores e estrutura do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), Cursos Pronatec e vestibulares de instituições estatais. Em Santa Catarina, há 2,2 mil detentos estudando, 9,2% do total de carcerários do estado, número superior à média nacional de 8,7%. Para exemplificar, em 2011 eram 2.012 inscritos no Enem, e em 2016 foram 3.718. Em relação ao trabalho, o estado possui 6.950 de reeducandos exercendo atividades laborais – é a maior média do país, segundo um levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional. ☺

Ana Carolina Thomé

anacrthome@gmail.com

Pablo Mingoti

pablomingoti@gmail.com

	Presos em Florianópolis		
	Penitenciária	Presídio Feminino	Presídio Masculino
Capacidade projetada	1090	68	261
Lotação atual	1090	131	260
Presos provisórios	454	50	135
Regime fechado	376	57	83
Regime semi-aberto	255	22	42
Regime aberto	0	2	0
Vagas oferecidas para trabalho interno	105	30	50
Vagas oferecidas para trabalho externo	10	2	0
Vagas oferecidas para estudo na unidade	205	50	25
Agentes penitenciários	206	48	72



Desde 1997, os concursos públicos para áreas como vigilância e limpeza foram canceladas na universidade, funções que agora são desempenhadas por terceirizados

# Terceirização irrestrita levanta debates

Com a nova lei, o trabalho terceirizado está liberado em todas as funções de empresas

**E**m meio a manifestações, em 31 de março, o presidente Michel Temer sancionou a lei que libera a terceirização da mão-de-obra nas atividades-fim de empresas brasileiras. O projeto, criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi desengavetado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e aprovado com 231 votos a favor no Congresso Nacional. Para o professor de Economia da UFSC Lauro Mattei, a terceirização “tem como objetivo fundamental apenas a redução do custo trabalhista. Por isso, o foco central dessa lei visa interferir negativamente no preço salário, uma vez que outros custos, como insalubridade, são mais difíceis de serem alterados”.

Para muitos dos terceirizados, não ficam claras as diferenças entre suas condições e a dos contratados diretamente. “Trabalhar como terceirizada é sempre um suspense, você depende das empresas pedirem trabalhador terceirizado. Se ela termina o contrato, de um dia pro outro você fica sem emprego ou é transferido para um novo lugar. Aí não tem como saber se é melhor ou pior”, diz a funcionária terceirizada Maria Aparecida da Silva Coelho, que trabalha há 16 anos como segurança. “Tem lugar que paga o mesmo vale-alimentação para o terceirizado e fica melhor ainda. Mas meu trabalho como segurança é bom, eu gosto”, acrescenta.

De acordo com pesquisa publicada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), os salários nas atividades terceirizadas em 2014 eram, em média, 23% menores que os salários dos contratados, equivalente a uma perda de R\$ 618,00. Em valores monetários, isso significa uma diferença de R\$ 2.021,00 aos terceirizados contra R\$ 2.639,00 em relação aos empregados diretos. Na mesma pesquisa, foi divulgado que cerca de 86% dos contratados por meio de terceirização trabalhavam entre 41 e 44 horas semanais, enquanto apenas 61% dos empregados diretos tinham jornada de trabalho semelhante.

O estudo do DIEESE confirma que a taxa de rotatividade em empresas é duas vezes maior nas atividades tipicamente terceirizadas (57,7% dos terceirizados contra 28,8% dos funcioná-

rios contratados), o que significa que os terceirizados permanecem, em média, 34 meses no mesmo trabalho, enquanto os empregados diretos, em média, 70 meses. “O conjunto dessas informações permite concluir que o processo de terceirização é um elemento altamente desfavorável ao trabalhador e a sua condição de vida, especialmente num país onde os índices de informalidade das relações trabalhistas são bastante elevados”, afirma o professor Lauro Mattei.

A principal defesa para a aceitação do projeto na Câmara dos Deputados foi a de acabar com a insegurança jurídica nas empresas — que se diziam com dificuldades em diferenciar atividades-meio e atividades-fim — e tornar legal uma prática que mesmo proibida, era

encontrada no mercado. “O funcionário terceirizado oferece muitas vantagens para as empresas. Então, mesmo com alguns processos por ilegalidade, e sempre sendo o trabalhador que denunciava quem ganhava as causas, continuava sendo uma boa ideia colocar terceirizados para exercer mais do que atividades-meio”, conta o economista Arland de Bruchard.

Em nota para imprensa, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Glauco José Côrte, afirmou que a regulamentação tornará mais fácil a geração de emprego no país e a retomada do mercado de trabalho. “Após quase 20 anos de tramitação, a aprovação do projeto pela Câmara dos Deputados contribuirá para a estabilidade macroeconômica, estimulará a produtividade e representará uma nova oportunidade para o país, pois segurança jurídica e institucional reduzem riscos em investimentos, aumentam a competitividade e promovem a criação de mais e melhores empregos”, opinou Côrte.

Em Santa Catarina, Avelino Lombardi, presidente do Sindicato Empresas de Asseio Conservação e Serviços Terceirizados (Seac-SC) afirma que a partir de agora, as empresas representadas pela entidade terão um campo maior de atuação e com segurança nas relações de trabalho e de negócios. De acordo com ele, a terceirização sempre foi uma ferramenta de gestão das empresas, entretanto, no Brasil, isso foi tratado pelos sindicatos como uma forma de precarizar as condições de trabalho e diminuir o ganho dos

## Os principais pontos da nova lei



Todas as atividades estão permitidas de serem terceirizadas, inclusive as que são o objetivo final das empresas (atividade-fim).



Os trabalhadores terceirizados não precisam receber os mesmos serviços de alimentação, transporte e atendimento médico dos contratados diretamente. Fica a critério da contratante.



Em casos de ações trabalhistas, caberá à empresa privada contratante pagar solidariamente os direitos questionados na Justiça somente quando se esgotarem os bens da empresa terceirizada.



A empresa que oferece serviços terceirizados precisa comprovar poder financeiro de acordo com sua quantidade de funcionários.

trabalhadores. “O que não é verdade, porque as empresas terceirizadas têm os mesmos encargos que as demais e, muitas vezes, até mais”, defende.

Contradizendo o que foi dito pela FIESC, para o professor e economista Lauro Mattei, a terceirização irrestrita pode, na verdade, diminuir a atividade econômica e o nível de emprego gerado no país. “A combinação negativa de redução de salários e de consumo afeta negativamente o próprio crescimento econômico do país. Mesmo que a redução do custo de trabalho possa representar uma ampliação momentânea da rentabi-

lidade de alguns setores de atividade, nada garante que essa condição irá promover uma ampliação dos investimentos agregados na economia, uma vez que esses dependem da expectativa da demanda agregada futura”, ressalta.

Além da contratação de empresas de segurança privada e serviços de limpeza, o trabalho terceirizado no Brasil acontece principalmente atrelado a contratação de Microempreendedor Individual (MEI), uma categoria de trabalho criada em 2008 no governo

do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para os MEI, as empresas podem realizar as contratações pagando por demanda, sem garantir férias, seguro acidente e recebendo somente o mínimo direito previdenciário. “A aliança da figura do MEI com a expansão da lei da terceirização é o fim da CLT: a empresa precisa arcar com muito pouco, e os trabalhadores devem contar com muito menos para viver”, destaca o economista Arland de Bruchard.

## “O PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO É UM ELEMENTO ALTAMENTE DESFAVORÁVEL AO TRABALHADOR E A SUA CONDIÇÃO DE VIDA”

Lauro Mattei, economista

Camila Geraldo  
ignaciocamila@yahoo.com

# Universidade conta com 1091 terceirizados

O cancelamento dos concursos públicos para áreas como limpeza, conservação e segurança, assinado por Fernando Henrique Cardoso em 1997, foi o início da contratação de terceirizados com jornadas exclusivas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Após a mudança, a universidade deixou de possuir dezenas de vagas de serviços em seu quadro de funcionários, transferindo os trabalhadores para outras funções. 20 anos depois, ela possui cerca de mil terceirizados que trabalham exclusivamente nos campi (contratos exclusivos), e tem contrato com 11 empresas que fornecem os serviços.

Os trabalhadores terceirizados na UFSC podem ter duas formas de admissão: funcionários com contratos continuados ou exclusivos. O que difere os dois tipos é o tempo que cada um passa no trabalho e as responsabilidades que a empresa solicitante tem com o trabalhador. Quando o funcionário é continuado, ele oferece serviços pontuais em diversas organizações, e elas não precisam arcar com as questões técnicas e administrativas relacionadas à jornada de trabalho do terceirizado. Por outro lado, se o trabalhador é exclusivo, é obrigação da universidade acompanhar o dia a dia e as necessidades dos 1091 terceirizados que estão nessa categoria.

Para fazer o acompanhamento dos trabalhadores, a UFSC possui um fiscal para cada contrato. Além de orientar os serviços, também fica a cargo do fiscal supervisionar se as empresas estão cumprindo com suas obrigações. A lei garante, por exemplo, que mesmo que a UFSC atrase até 90 dias o pagamento das empresas, elas não podem deixar de pagar seus funcionários e oferecer serviços. “Por isso, antes de qualquer contratação, precisamos comprovar que a empresa tem cacife de aguentar oferecer os serviços, além das habilitações técnicas referentes a cada um deles”, explica o diretor do Departamento

de Projetos, Contratos e Convênios (DPC) da UFSC Ulisses Iraí Zilio.

Maria Aparecida da Silva Coelho, conhecida na UFSC como Cida, trabalha como segurança na instituição há sete anos. Na universidade, as seguranças patrimoniais mulheres trabalham somente durante o dia, e Cida diz nunca ter passado por situações que a colocassem em uma sensação de perigo. Ela aponta que a UFSC, como contratante, sempre foi um bom lugar para se trabalhar. “Aqui não existe muita rotatividade, tem gente que está aqui por mais de dez anos. É um bom trabalho, eu gosto. O salário de todo mundo é igual, tabelado pelo sindicato. Se temos que exigir alguma coisa, é nas empresas, e aí

precisamos chamar os sindicatos. Mas eles representam mal. Quase não serve o sindicato”, diz Cida.

A servente de limpeza Geni Bento dos Santos, de 55 anos, atua na UFSC como terceirizada desde 1997. Ela faz, na faxina, uma jornada de trabalho de oito horas: entre quatro horas de trabalho, recebe um tempo de descanso para a realização do restante. Quanto aos direitos trabalhistas, ela garante que sempre recebeu tudo que era previsto. “Eu acho bom porque gosto de trabalhar na limpeza. Peguei um setor bom, me dou bem com todo mundo aqui e acho que as pessoas também gostam de mim. Então, para mim, está tudo certo. Eu nunca vi outro lado. Tem

gente que já trabalhou em outras coisas, mas eu não. Só trabalhei de doméstica, aqui e quando era pequena na roça”, comenta Geni.

No dia 30 de março de 2017, o STF aprovou que a administração pública não terá mais a necessidade de arcar solidariamente com dívidas de funcionários terceirizados, como era anteriormente previsto em lei. Apesar disso, a UFSC, mesmo antes da decisão do STF, nunca precisou arcar com esses tipos de despesas. “Se chega ao ponto de termos que responder solidariamente, as empresas precisam lidar com muitas sanções, e se torna sufocante para elas”, defende o diretor do DPC.

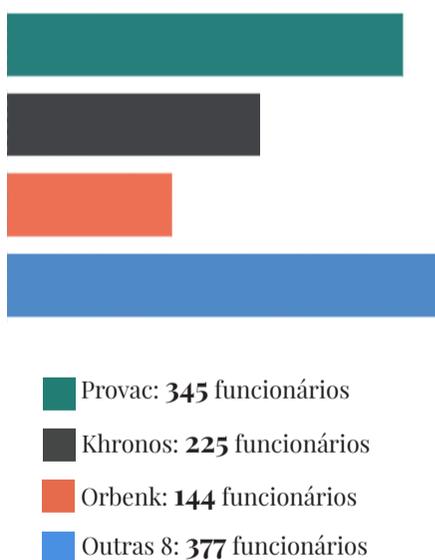
### Prós e contras

O responsável pelos contratos da UFSC diz que o funcionário ser terceirizado na universidade possui pontos negativos e positivos. “Quando a gente terceiriza, não existe um plano de carreira a longo prazo. Se existisse um concurso público, no início, o funcionário receberia menos do que na empresa terceirizada. No entanto, a longo prazo ele custaria muito mais aos cofres públicos. Por outro lado, o funcionário contratado tem mais qualidade de serviço: se vê no terceirizado muito mais faltas ao trabalho e irregularidades. Não posso lhe dizer se, para a instituição, é melhor ou pior ter o funcionário terceirizado”, pondera Ulisses Iraí Zilio.

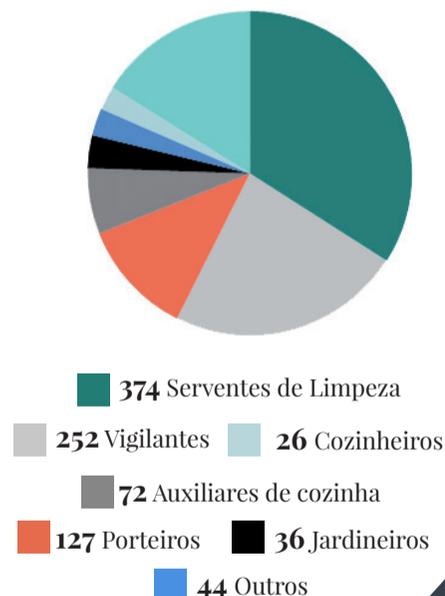
Para o terceirizado, por outro lado, existem diversos fatores que trariam benefícios se fossem funcionários públicos: teriam mais estabilidade em seus contratos, o plano de carreira permitiria um aumento em seus salários durante os anos e maiores aposentadorias. “Os funcionários públicos podem trabalhar com a certeza que têm tudo certo amanhã. Com certeza, ser funcionário público aqui dentro é melhor”, avalia a terceirizada Cida. ☺

## Quantidade de funcionários terceirizados na UFSC em 2017

### Principais empresas fornecedoras de serviços



### Número de funcionários terceirizados por categoria



Fonte: Departamento de Projetos, Contratos e Convênios (DPC). UFSC.

# Serviços modelo têm estatuto arquivado

Minuta que normatizava a atividade de extensão aguardava parecer desde julho de 2016

Wagner Locks/Zero

**T**odas as semanas, os integrantes do Ateliê Modelo de Arquitetura (AMA) reúnem-se para discutir e elaborar seus projetos em andamento. A equipe, composta por estudantes da graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC, atende somente a grupos sociais sem condições de acesso ao trabalho de profissionais da área. Ainda que exista há quinze anos e já tenha executado dezenas de iniciativas junto às comunidades de Santa Catarina, o AMA, assim como os demais escritórios modelo da universidade, não está regulamentado junto à reitoria. Os Serviços aguardavam desde ano passado pelo parecer final sobre o processo de normatização, que foi arquivado pela chefia de gabinete no dia 9 de maio com a justificativa de que o conjunto de atividades proposto pelos Serviços Modelo e das Empresas Juniores são similares.

Um Serviço ou Escritório Modelo é um projeto de extensão universitária gerido por estudantes de graduação e pós-graduação que tem como objetivo proporcionar um espaço de troca de conhecimento entre os alunos e a comunidade de modo geral. “O objetivo é que seja um grupo que pratique extensão popular de forma autônoma”, explica Diogo Ikeda, membro do Serviço Modelo de Engenharia e Tecnologia (Semente). O grupo se propõe a ser horizontal (cargos organizados sem hierarquias) e sem fins lucrativos, baseando-se nas diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária, documento firmado em 2012 por Universidades de todo o país.

Além do AMA, existem outros grupos de extensão enquadrados na política de serviços modelo em funcionamento na UFSC, como a SAJU (Direito), o Semente (Engenharias) o Sempsi (Psicologia), a oficina Nós (Design) e o Semso (Serviço Socioeconômico), espaços que desenvolvem iniciativas de extensão mas que, por não serem regulamentados, são identificados institucionalmente como um grupo de alunos, o que dificulta o acesso à estrutura universitária. “Eu sou da Engenharia Mecânica. Meu curso tem muitos laboratórios que podem servir à nossa proposta de extensão universitária. A partir do momento que existe a regulamentação, poderemos usar toda essa estrutura e retorná-la para a comunidade”, conta Ikeda. Atualmente, para que os alunos possam ter acesso aos laboratórios da UFSC, por exemplo, é preciso que um professor crie um projeto de extensão e convide os estudantes a participarem como colaboradores, o que pode acabar limitando a autonomia do grupo. “Isso não significa que não existam professores envolvidos nos serviços. A ideia é que exista a participação, porém como orientadores, não como encarregados dos projetos”, explica Keven Prates, membro do AMA.



O AMA, escritório modelo de Arquitetura, existe há 15 anos, sendo esse o mais antigo serviço do tipo dentro da universidade

## Vai e vem

A discussão institucional para definir a regulamentação dos Escritórios Modelo na UFSC começou em janeiro de 2013, na gestão da ex-reitora, Roselane Neckel. Na época, foi criado um comitê, composto por representantes da reitoria e dos serviços em funcio-

res (EJs), outra estrutura de extensão já regulamentada na Universidade. Os Pró-reitores basearam-se no Artigo 5º do Estatuto da UFSC, que veda a “duplicação de meios para fins idênticos”, solicitando o parecer final fosse dado pela Chefia de Gabinete, que arquivou o processo após dez meses de espera.

rem todo o seu funcionamento, porque a estrutura exigida para que uma EJ funcione não é a realidade de um escritório modelo.” O técnico acredita que o arquivamento tende a inviabilizar a regulamentação, visto que “acaba colocando goela abaixo uma estrutura de trabalho que não é a daquele núcleo. A universidade deveria ser um espaço onde quem quer estar em uma EJ possa, mas quem quer seguir outras iniciativas também tenha essa oportunidade. Me parece uma questão muito mais política do que jurídica.”

No momento, a maior reivindicação do movimento por serviços modelo na UFSC é o diálogo com a administração central, visto que não foram realizadas reuniões para discutir o arquivamento. “Queremos chamar o reitor para discutir a fundo o que é um Serviço Modelo. Hoje, a reitoria tem regulamentado várias entidades, como as Atléticas e as Equipes de Competição. Nós também queremos ter nosso espaço dentro desse processo”, explica Ikeda. Ainda que afirme estar aberta para o diálogo com os serviços modelo, a chefia de gabinete diz que a solução para a retomada da discussão seria que uma instância institucional da Universidade apresente a proposta de normativa. Segundo Moraes, “existem vários caminhos possíveis. Todas as discussões em torno de resoluções normativas precisam sair de algum lugar para entrar na pauta do CUn. Este processo, no entendimento desta administração, está arquivado. Agora, essa discussão teria de ser reiniciada.”

**“O OBJETIVO É QUE SEJA UM GRUPO QUE PRATIQUE EXTENSÃO POPULAR NA UNIVERSIDADE DE FORMA AUTÔNOMA”**

Diogo Ikeda, membro do Semente

namento, que desenvolveu um projeto de normativa ao longo de dois anos de discussões. Segundo Ikeda, que representou o Semente na comissão, o processo demorou porque “era um debate entre a reitoria e os escritórios, então o documento ficava indo e voltando para ser rediscutido”. Em junho de 2016, quando a gestão do atual reitor, Luís Carlos Cancellier, assumiu, foi feita uma revisão de todos os processos em andamento no CUn, onde se encontrava a normativa de regulamentação. “Foi para fazer um pente fino. Como a estrutura administrativa mudou, já não fazia sentido algumas coisas estarem para apreciação. Como em 2013 a minuta havia sido encabeçada pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, solicitamos o parecer para o atual Pró-Reitor, o Prof. Pedro Barreto,” explica Áureo Moraes, chefe de gabinete da reitoria. Tanto Barreto quando o Pró-reitor de Extensão, Rogério Bastos, sugeriram o arquivamento do processo sob a justificativa de “grande similaridade” entre as propostas de ação dos Serviços Modelo e das Empresas Júnio-

## Uma disputa política

Ainda que concorde que as resoluções entre dos Serviços Modelo e das EJs não sejam “rigorosamente as mesmas”, Moraes não acredita que existam motivos para uma nova normativa de regulamentação. “São pequenas sutilezas. Nós verificamos que, do ponto de vista administrativo, as características podem ser agrupadas. Isso não significa que não possam existir serviços modelo. Eles podem existir no âmbito de suas unidades como projetos de extensão ou sobre a forma de Empresa Júnior, por exemplo.”

Para Sérgio Schlatter, que representou a Prae tanto no comitê que discutiu a regulamentação dos Serviços Modelo quanto a das EJs, existem diferenças marcantes no modo de funcionamento das duas estruturas. “Empresa Júnior tem CNPJ próprio, serviço modelo não. As EJs não têm fins lucrativos mas podem cobrar pelo trabalho, a minuta de regulamentação dos serviços veda qualquer tipo de cobrança pelas atividades prestadas. Na prática, os serviços seriam obrigados a muda-

Wagner Locks

wagnerlocks@gmail.com

# Sustentabilidade tinge mundo da moda

Fashion Revolution traz reflexões sobre o modo de produção e confecção de roupas

Se as etiquetas das nossas roupas pudessem contar uma história, ela teria início, meio e fim: começaria com as matérias-primas utilizadas na confecção do tecido, passaria pelo processo de produção industrial ou artesanal, chegaria às mãos do consumidor e, por fim, seria descartada de alguma forma. A indústria têxtil é a segunda maior poluidora do mundo e o Brasil é o quinto maior produtor neste setor, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT). Além dos impactos ambientais, o desabamento do edifício Rana Plaza, que matou 1133 trabalhadores têxteis em Bangladesh no dia 24 de abril de 2013, levantou a questão sobre os verdadeiros custos do fast fashion, padrão de produção e consumo acelerado no qual os produtos são fabricados, consumidos e descartados de forma rápida. Para que este episódio não fosse esquecido, o movimento global de moda sustentável Fashion Revolution acontece anualmente em 92 países no mês de abril com o intuito de conscientizar profissionais do ramo, estudantes e consumidores. Florianópolis foi umas das 30 cidades brasileiras a participar da semana e contou com mesas redondas sobre novas formas de fazer moda, oficinas de consertos, customização e tingimento, exposições fotográficas, troca de roupas e lançamento de um banco de tecidos para reaproveitar os resíduos têxteis.

O questionamento “Quem fez as minhas roupas?”, serviu como ponto de partida para os temas da programação. Para a designer de moda Roberta Kremer, a mudança dos padrões de consumo na moda deve ter a mesma importância que damos à alimentação. “Eu acho que essa pergunta é essencial para você começar a ter esse olhar crítico. Por exemplo, quando o alimento é barato, provavelmente está perto da data de vencimento ou tem algum defeito. Mas na roupa a gente ainda ignora um pouco isso”, diz. A preocupação é ambiental e social, já que a sustentabilidade deve ser aplicada em todas as etapas da produção, desde o agricultor que cultivou o algodão para a confecção do tecido até os impactos gerados pelo descarte daquele material.

Os beneficiamentos e tingimentos têxteis correspondem a cerca de 20% da poluição de água potável no mundo, segundo o estudo da agência Ethical Fashion. Além do desperdício de água, o uso de substâncias tóxicas a partir de derivados do petróleo e do carvão mineral não é nociva apenas para o meio ambiente. Em alguns casos, estas substâncias po-



Aline Dallarosa/Zero

**Técnica japonesa usa casca de cebola para tingir tecidos**

dem ser liberadas ao longo do tempo, através do uso e da lavagem de roupas que tenham passado por este processo e causar danos à saúde. Para quem trabalha com o tingimento artesanal e possui um contato mais direto com os químicos este problema pode ser sentido na pele. Roberta diz que os efeitos dos tóxicos chegaram a alterar seu paladar na época em que trabalhava com o método de *tie-dye* sintético. “Eu acredito que o tingimento é uma experiência bastante sensorial, porque você mexe com o olfato, com as mãos, com o visual, enfim, o toque. Através das minhas sensações que eu parei pra pensar na toxicidade da coisa”.

A alternativa que Roberta encontrou para continuar trabalhando de forma mais ecológica e saudável foi o método natural de tingimento que utiliza matéria-prima de origem vegetal. Como parte da programação do Fashion Revolution Day, ela ofereceu uma oficina sobre a técnica japonesa Shibori, que utiliza cascas de cebolas para a obtenção de um tom laranja-amarronzado. Ainda que não resolva completamente a questão do desperdício – para 1kg de tecido utiliza-se de 18 a 30 litros de água –, a qualidade e durabilidade da cor são vantagens deste método. Da mesma forma em que é possível tingir naturalmente de maneira artesanal, também pode ser feito industrialmente em média e larga escala. No Brasil, a Etno Botânica & Studio InBlueBrazil, da designer têxtil Leka Oliveira e de Eber Lopes Ferreira atendem a demanda do mercado de empresas que atuam no setor sustentável desde 2008.

Antes da consolidação do modelo *fast fashion* na década de 90, as marcas lançavam a coleção de acordo com a estação: outono/inverno e primavera/verão. Atualmente, são aproximadamente 52 coleções que

chegam às lojas todos os anos. Segundo a consultora de moda Aline França, este ciclo gera uma ansiedade generalizada em que o consumo de moda torna-se descartável. A oficina Armário Cápsula é uma ferramenta estratégica para que as pessoas pensem no seu guarda-roupa de forma a conhecerem melhor o seu estilo e evitar excessos e frustrações. O método consiste em escolher uma quantidade de peças para vestir durante um determinado período de tempo, como por exemplo 33 peças, incluindo roupas, acessórios, jóias e calçados durante 3 meses. “Você começa a ser mais seletiva. Sendo mais seletiva, você olha para o que a moda te direciona, mas começa a peneirar. Você peneirando isso, gasta menos e sobra mais dinheiro para você ter uma qualidade de vida melhor. Então isso gera menos frustração, menos desconforto e menos lixo, conseqüentemente”.

Outro problema causado pela indústria da moda é o descarte inadequado de resíduos têxteis em aterros sanitários. No Brasil, a estimativa é que 175 mil toneladas de retalhos sejam descartadas anualmente. Desse total, somente 36 mil toneladas são reaproveitadas pela indústria na produção de barbantes, fios e novas peças de roupas. Como alternativa sustentável para a reutilização destes materiais, a cenógrafa e figurinista Lu Bueno criou o Banco de Tecido, um sistema inclusivo e circular onde as pessoas depositam os seus tecidos, tornam-se correntistas e recebem um crédito em peso para retirar outros tipos de tecidos, ou simplesmente comprá-los. O lançamento de uma unidade do Banco de Tecido ocorreu durante a Fashion Revolution Week, no espaço compartilhado de moda, arte e design LONA Criativa, no Estreito.

Uma maneira criativa para praticar o *slow fashion* é o *upcycling*, uma forma de reaproveitar algo sem valor comercial que seria jogado fora e transformá-lo em algo novo. A designer de moda Fernanda Alface viu no *upcycling* uma possibilidade de passar uma mensagem sobre preservação ambiental ao dar uma segunda chance para roupas que seriam descartadas. O jeans antigo é desconstruído e vira material para a confecção de brincos ou *patchwork* para customizar outras peças, a tesoura transforma a saia antiga em uma nova blusa e uma camisa branca vira um manifesto com frases do tipo “menos compra, mais troca” pintadas à mão. ☺

Aline Dallarosa Lima

adallarosalima@gmail.com

## Desacelerando a moda

**Jeans:** São usados 11 mil litros de água na produção de uma calça jeans, o que equivale a 189 banhos de 10 minutos.



O jeans ecológico não tem contato com substâncias tóxicas e produtos químicos, possibilitando que a água seja reutilizada.

**Algodão:** O Brasil produz 1,5 milhões de toneladas de algodão por ano. Consome cerca de 25% de inseticida no mundo. Trabalhadores rurais ficam expostos às condições de risco pelo uso dos agrotóxicos. Cerca de 2700 litros de água são utilizados na produção de uma camisa de algodão.



O algodão orgânico é produzido sem o uso de fertilizantes, inseticidas e herbicidas. É colhido com a mão e levado para cooperativas para descaroçar. O processo de melhoramento genético do algodão colorido possibilitou que as fibras nascessem coloridas na natureza e já é possível encontrar uma grande variedade de cores.

**Tingimento:** A indústria de lavanderia têxtil é uma das indústrias que mais contaminam o meio ambiente, gerando grandes quantidades de resíduos, que nem sempre são tratados adequadamente antes de serem descartados na natureza.



O uso de corantes naturais não se limita as cores opacas, pretos e azuis de diferentes tonalidades já são cores possíveis através do tingimento natural. Devido a sua baixa toxicidade e versatilidade, podem ser empregados no tingimento de fibras naturais e sintéticas de forma a minimizar os impactos causados por corantes sintéticos.

**Poliéster:** Por ter como base o petróleo a produção de poliéster não é sustentável e pode levar até 400 anos para se decompor na natureza. A extração da matéria-prima traz diversos danos ao meio ambiente e a manufatura necessita de grandes quantidades de água e químicos nocivos.



A utilização de garrafas PET para a produção de tecidos de poliéster traz grandes vantagens, como a não utilização do petróleo, uma diminuição de 70% do gasto de energia, além de evitar que as garrafas acabem sendo descartadas no meio ambiente. O tecido também é 100% reciclável, podendo ser usado até mesmo no caminho inverso na produção das garrafas PET.

# Tradição manezinha para além da ilha

Sociedade Amigos do Curió nasceu em Floripa e hoje possui adeptos em nível nacional

Fotos: Gemyma Medeiros/Zero

Sentados em bancos de concreto, conversando sobre a vida, um canto suaviza o ambiente e revela a companhia amistosa de alguns sócios da Sociedade Amigos do Curió (SAC). Embora os meses de abril e maio sejam de habitual troca de penas e alterações na entonação da voz, chamada de “estação da muda”, o pequeno curió canta forte em sua gaiola desinibido como quem se sente em casa.

Do outro lado da gaiola, com baixa visão e dificuldade para caminhar, o dono relata “Meu curió dorme em cima do armário pra eu ficar olhando pra ele”. Elson, de 70 anos, é um dos sócios mais antigos da SAC, com quase 50 anos de clube. Divorciado há vinte anos, sr. Elson apresenta o advogado que o representou no divórcio, sentado ao seu

disputa tomou proporções maiores e originou a criação de um espaço físico, que foi fundado em 1982, para as competições, localizado no bairro da Trindade da capital catarinense.

As competições continuaram reunindo centenas de pessoas em todo o território nacional e a SAC chegou a ter 1200 associados. A organização não governamental é totalmente legalizada e passa constantemente por vistorias do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e dos Recursos Renováveis, órgão responsável pelo registro de segurança desses animais.

Para ser sócio, o dono deve ter o registro de criador regularizado pelo IBAMA e a ave deve possuir anilha, identificação legal que fica presa à perna da ave, também fornecida pelo órgão. É cobrada uma taxa anual de R\$ 200 para ter acesso exclusivo de terça a sábado ao espaço físico da SAC. Os torneios ou eventos ocorrem periodicamente aos domingos e são abertos ao público. Uma taxa que varia entre R\$ 10 e R\$ 20 é cobrada somente dos que irão inscrever seus pássaros nas competições, que são divididas entre espécies (Canário, Curió, Trinca-Ferro, Coleiro, Bicudo), maturidade da ave, no caso do Curió se é pardo ou preto (O Curió pardo é o filhote e o preto é o adulto), e a fibra (valentia do pássaro e entonação diante dos demais pássaros de sua espécie). A sociedade contrata um veterinário para cada competição que é responsável pela avaliação da condição física dos animais e apenas as aves consideradas saudáveis podem participar do torneio.

Além das premiações que o dono recebe nessas competições, que podem ser eletrônicas e eletrodomésticos, o pássaro vence-



**“O CURIÓ MARCOU A MINHA VIDA. DEIXEI MINHA MULHER E MEUS FILHOS PORQUE ELES NÃO GOSTAVAM.”**

**Sr. Elson, membro mais antigo da SAC**

lado, e fala sobre o motivo da separação “Marcou muito a minha vida, o Curió. Eu deixei a mulher, deixei os filhos, tudo porque eles não gostavam”, disse o aposentado olhando fixamente para o amigo, que reafirmou com um aceno o testemunho da paixão pelo pássaro.

O curiódromo nasceu no fim dos anos 70 entre alguns amigos “manezinhos” da elite da época. Tratava-se de uma dúzia de empresários, advogados e juizes amantes de pássaros, em especial do Curió. A espécie conquistou o coração de seus criadores, deu asas ao orgulho de seus donos que na busca por reconhecer o melhor Curió, iniciaram pequenas disputas. Em pouco tempo as competições chamaram a atenção de seguidores e ganharam novos adeptos à criação da ave em todo o Brasil. Rapidamente essa



**Rosalina exhibe o troféu conquistado em 2016 no torneio regional da Sociedade**



## Curió

(*Oryzoborus angolensis*)

Alimentação: sementes e cereais  
Cor: penas pretas com uma mancha branca na asa e peitoral na cor vinho. A fêmea é marrom com um tom mais claro no peitoral  
Localização: regiões litorâneas brasileiras  
Tempo de vida: até 30 anos no cativeiro e de 8 a 10 anos na vida selvagem  
Tamanho: 14cm  
Época de acasalamento: de agosto até o fim de março  
Período fértil: entre 6 meses e 1 ano  
Período de incubação: 12 dias  
Número de ovos: de 1 a 3 por ninhada

dor ganha prestígio e valor comercial no mercado. “Eu vi um cara oferecer por um curió, na minha frente, R\$ 120 mil”, revela Jairo de Andrade Backer, atual presidente da SAC. Entretanto, a venda do curió sem nota fiscal é ilegal. Para possuir ou comercializar o curió é preciso estar com o registro legalizado no Sistema Nacional de Gestão da Fauna Silvestre (SisFauna), expedido pelo IBAMA. A taxa varia entre R\$ 180 à R\$ 900 e é válido por três meses. A multa para cada irregularidade é afiançável por R\$ 2 mil, caso contrário, o dono é preso e tem o registro suspenso tanto pelo IBAMA como pela SAC. Essas medidas visam o cuidado e a proteção da espécie.

A vida do curió, ou “Avinhador” como é conhecido em algumas regiões do país, pode ser de oito a dez anos na natureza. Porém, em ambiente doméstico, pode chegar a 30 anos. Essa considerável diferença se dá pelos riscos com os alimentos. Na natureza, o curió procura por cereais como o arroz, mas as lavouras utilizam agrotóxicos, o que é uma ameaça para as aves. A esse motivo é justificada não só a criação do curió, mas o incentivo a reprodução em ambiente doméstico.

O significado de curió em tupi-guarani é “amigo do homem”, e em geral esse termo se adapta bem ao fato de que 299 dos 300 sócios da SAC, atualmente, são do sexo masculino.

Entretanto, desde 1987, Rosalina, de 53 anos, ingressou na modalidade de competidora incentivada pelo esposo e hoje é a única mulher associada ao curiódromo de Florianópolis. Apenas cinco anos depois tornou-se sócia, “eu fico até orgulhosa de ser a única mulher representando a SAC”, conta. “Rosinha”, como é carinhosamente conhecida, e o casal de pássaros competidores, Repelente e Vonete, estão juntos há três anos

e já conquistaram títulos importantes. Repelente chegou ao segundo lugar do pódio na competição geral das federações em 2016. 🏆

**Gemyma Medeiros**

gemymamedeiros@hotmail.com

## COMPETIÇÃO

A competição ocorre da seguinte forma:

1 - É preciso ter no mínimo três pessoas para a competição, mas geralmente participam entre 40 a 100 gaiolas. Os competidores formam um círculo e ficam posicionados atrás de suas respectivas gaiolas, suspensas por um tripé.



2 - Um competidor é eleito para jogar um dado, e o número que sai determina a quantidade de gaiolas que os participantes devem andar, em sentido anti-horário.



3 - Em frente a gaiola que parou, ele marca a quantidade de tempo que a ave canta, somando o tempo de cada canto em um período de 10 minutos na primeira marcação, e 15 minutos, na segunda marcação.



4 - Apenas as cinco aves com a maior quantidade de cantos na primeira marcação, poderão seguir para a marcação final.



5 - Essas marcações ainda são medidas manualmente, e isso leva a alguns casos de imparcialidade, afirma a secretária da SAC, Luciana Silva.

